



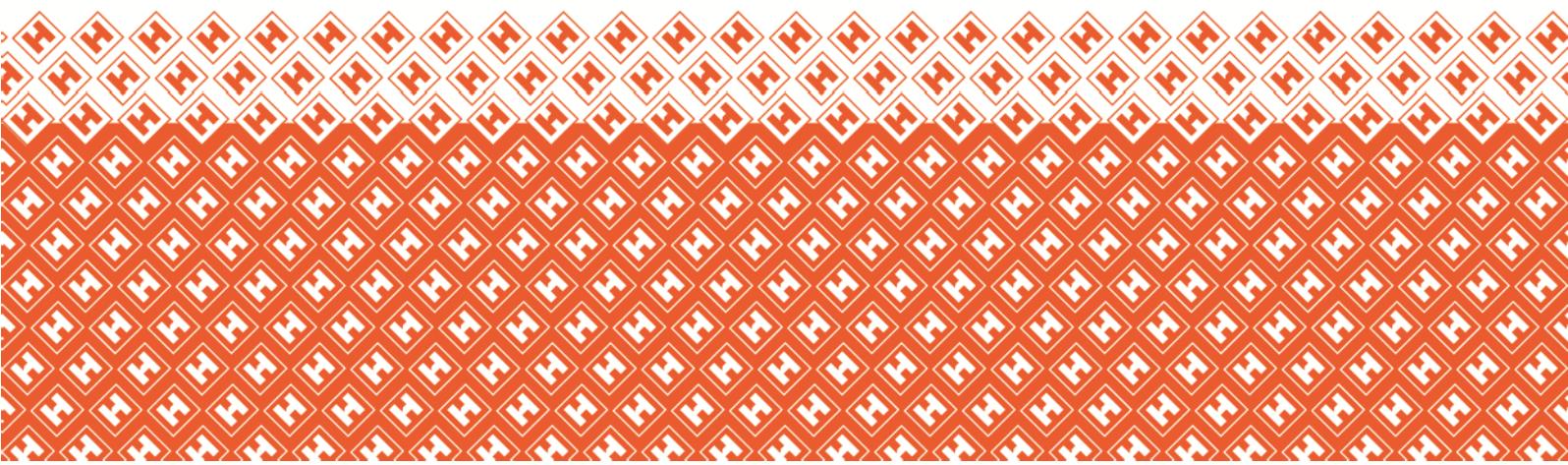
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ELBA MESQUITA DE SOUZA

**SALTO DO CÉU - MT: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E REFLEXÕES PARA O ENSINO
DE HISTÓRIA.**

**UNEMAT
Março/2019**



ELBA MESQUITA DE SOUZA

**SALTO DO CÉU - MT: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E REFLEXÕES PARA O ENSINO
DE HISTÓRIA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, área de concentração em Ensino de História, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. João Ivo Puhl

**Cáceres-MT
2019**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

S719s SOUZA, Elba Mesquita de .
Salto do Céu-Mt História, Memórias e Reflexões para o
Ensino de História / Elba Mesquita de Souza - Cáceres, 2019.
94 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (não)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2019.

Orientador: João Ivo Puhl

1. Salto do Céu. 2. História . 3. Colonização. 4. Ensino. I.
Elba Mesquita de Souza. II. Salto do Céu-Mt: História, Memórias
e Reflexões para o Ensino de História.

CDU 94(07)(817.2)

SALTO DO CÉU - MT: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E REFLEXÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Ivo Puhl
(Orientador – ProfHistória/UNEMAT)

Profa. Dra. Maria do Socorro de Sousa Araújo
(Membro Interno – ProfHistória/UNEMAT)

Prof. Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer
(Membro Interno – ProfHistória/UNEMAT)

Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro
(Membro Externo – Departamento de História/UFMT)

APROVADA EM: 14/12/2018

AGRADECIMENTOS

*A Deus, em quem creio e,
através dessa fé, sempre acredito
que dias melhores virão.*

DEDICATÓRIA

À minha família, meu esposo e filhos, pela convivência, compreensão e alegria que me proporcionam.

Agradeço aos meus pais pelo companheirismo e por me ensinarem a ter fé e atitude.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Ivo Puhl, pelas contribuições e paciência durante as orientações.

A todos os Docentes do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória, pela dedicação ao nosso Curso.

Aos colegas de trabalho, Direção e Coordenação Pedagógica da Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, em Araputanga-Mt, pela disposição em apoiar-me durante o período de estudo.

Aos amigos da primeira turma do Mestrado Profissional, em Cáceres-Mt, pela convivência e ajuda mútua.

RESUMO

O objeto da pesquisa consiste em elaborar uma narrativa sobre a história da fundação e povoamento do município de Salto do Céu e o ensino dessa narrativa nas escolas locais. A proposta da presente investigação objetivou conciliar um trabalho acadêmico com o rigor científico que lhe é próprio, e a elaboração de um material didático que venha a ser utilizado no ensino de História, nas escolas do município. Delimitamos o tema começando pela fundação da vila, e das glebas rurais, e o povoamento nas décadas de 1960 e 1970, período em que aquele espaço recebeu pessoas de várias regiões do Brasil, adensando a demografia ao ponto de se emancipar como município e depois se seguiu o esvaziamento populacional, a partir da década de 1980. A compreensão teórica tem como base os estudos de ALVES (1998), CASTRO (2002), MOURA (1994) e KOSSOY (2001). O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do processo de colonização e povoamento, no segundo construímos uma narrativa sobre o processo de emancipação política, o terceiro capítulo apresenta questões teóricas para o Ensino de História de Salto do Céu-MT-Brasil e o quarto capítulo trata-se de um encarte orientativo para professores sobre a história do local.

Palavras chave: Salto do Céu. História. Colonização. Ensino.

ABSTRACT

The object of the research is to elaborate a narrative about the history of the foundation and settlement of the municipality of Salto do Céu and the teaching of this narrative in the local schools. The purpose of the present research was to reconcile academic work with scientific rigor, with the elaboration of a didactic material that will be used in the teaching of History in the schools of the municipality. We delimit the theme starting with the founding of the village and the rural areas and settlement in the 1960s and 1970s, a period in which the area received people from various regions of Brazil, increasing demography to the point of emancipation as a municipality and then followed by emptying population from the 1980s. The theoretical understanding is based on studies by ALVES (1998), CASTRO (2002), MOURA (1994) and KOSSOY (2001). The work is divided into four chapters. The first chapter deals with the process of colonization and settlement, in the second we construct a narrative about the process of political emancipation, the third chapter presents theoretical questions for Teaching History of Salto do Céu-MT-Brazil and the fourth chapter deals with a guide for teachers on the history of the place.

Keywords: Salto do Céu. History. Colonization. Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO I	17
RECOMPONDO OS TEMPOS DE POVOAMENTO DE SALTO DO CÉU	17
1.1. O Sonho da Terra	21
1.2. A Memória e a Imagem	26
1.3. A Invasão Brava	42
CAPITULO II	45
A EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU	45
2.1. O processo de emancipação do Distrito de Salto do Céu	46
2.2. O ideário político	49
2.3. Paradoxo: criado o município a população migra	50
CAPITULO III	54
ENSINAR HISTORIOGRAFIA PARA COMPREENDER HISTÓRIA	54
3.1. Problemas do ensino de História	54
3.2. A História disciplinar	57
3.3. Material Didático	61
CAPITULO IV	64
ENCARTE ORIENTATIVO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE SALTO DO CÉU – MT ..	64
AULA 01: A DIMENSÃO DO TEMPO	66
AULA 02: SALTO DO CÉU: O ESPAÇO ONDE ESTOU	70
AULA 03: QUANDO E COMO COMEÇOU SALTO DO CÉU	74
AULA 04: AS PESSOAS QUE COLONIZARAM SALTO DO CÉU	77
AULA 05: COMO SE LOCOMOVIAM?	80
AULA 06: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	83
AULA 07: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA HISTÓRIA	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	901
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	923

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea de Salto do Céu, na década de 1970.....	18
Figura 2: Vista aérea de Salto do Céu em 2010.....	19
Figura 3: Propaganda da Colonizadora CIPA, Presidente Prudente-SP.....	23
Figura 4: Cartão de Natal da CPP – 1964-1965.....	25
Figura 5: Quermesse da Igreja Católica, fins dos anos de 1960.....	31
Figura 6: Avenida Espírito Santo nos anos 1960.....	34
Figura 7: Famílias de Governador Valadares em Salto do Céu-MT, em caminhão Pau-de-arara – 1968.....	38
Figura 8: Primeira escola de Salto do Céu, anos 1960.....	41
Figura 9: Segunda escola de Salto do Céu.....	42

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Imagem aérea da cidade de Salto do Céu, na década de 1970.....	68
Imagem 2: Cidade de Salto do Céu, fotografia produzida em 2016.....	68
Imagem 3: Imagem de satélite da cidade e entorno de Salto do Céu –MT, 2018.....	71
Imagem 4: Imagem de satélite mostra as ruas da cidade de Salto do Céu –MT.....	72
Imagem5: Imagem de satélite da comunidade de Vila Progresso, Salto do Céu –MT.....	72
Imagem 6: Pinguela improvisada sobre o Rio Branco – década de 1960.....	80
Imagem 7: Lavadeiras de roupas observando a travessia de um caminhão pelo leito do rio Branco. Década de 1970.....	81
Imagem 8: Sítio e Mulheres lavando roupas no Rio Branco.....	84
Imagem 9: Família em sua casa na colônia do Rio Branco.....	85
Imagem 10: Comércio da Rua Espírito Santo em Salto do Céu – década de 1970.....	88
Imagem 11: Quermesse da Igreja Católica no final da década de 1960.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA- Aliança Renovadora Nacional;
BNCC – Base Nacional Curricular Comum;
CAEC – Companhia Agrícola e Colonizadora;
CASEMAT – Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso;
CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola – LTDA;
CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso;
COHAB – Companhias de Habitação Popular;
CPP – Comissão de Planejamento da Produção;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária;
PIN – Programa de Integração Nacional;
SUDAM – Superintendência da Amazônia;
TRE – Tribunal Regional Eleitoral;
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso;
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxo da População do município de Salto do Céu-MT.....	53
--	----

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação abordei alguns aspectos da história da cidade de Salto do Céu, principalmente, o processo de organização e fundação do povoado a partir dos anos de 1960 com o advento da população que formou a vila e ocupou as terras do entorno, loteadas para formar lavouras e pastagens em áreas pequenas de 200 metros por 1.000 metros de área, os sítios de 20 hectares e a posteriori criação do município de Salto do Céu em 1978, seguida do esvaziamento demográfico a partir da década de 1990.

O objetivo principal deste estudo foi construir um material didático sobre o processo de povoamento, fundação e emancipação do município de Salto do Céu, para que possa ser utilizado no ensino de história nas escolas locais.

Poeticamente escreveu Rubem Alves que, “A alma anda para trás, navega ao suave sopro da saudade [...] A alma tem nostalgia das origens. Nas novidades ela se sente estranha, exilada”. Nesta afirmação consigo sintetizar o meu interesse pelo estudo da história de minha terra natal, Salto do Céu.

Vivemos a era da informação, da imagem, do “presente contínuo” afirmado por Eric Hobsbawm. Ensinar história na atualidade não é tarefa fácil. Creio que nunca foi! Por isso, talvez, por tanto tempo o ensino foi inadequado, baseado em grandes personagens e fatos considerados importantes encadeados cronologicamente.

Ainda são comuns as práticas de fantasiar as crianças de índio, no “dia do índio”, pintar quadros com o negro arrebatando correntes para lembrar a “libertação dos escravos”, enfim, são exemplos de um modelo de ensino de História que foi, e ainda é, reproduzido. São, assim, exemplos de uma instrução que me ensinou apenas que 19 de abril era o dia do índio e 13 de maio a libertação dos escravos.

Como professora, certamente em algum momento, reproduzi tais práticas, porém, sempre fiz um discurso lembrando qual é a realidade indígena e negra no Brasil do presente. Eram discursos simples e rasos, sem aprofundamentos, nem dados verificáveis, apenas representavam meu “ponto de vista” sobre exclusão e preconceito. Fiz esse relato para pensar: como ensinar História? Como levar meu aluno a compreender que fazemos parte da História, e que História não é apenas o registrado no livro didático?

Tarefa difícil, considerando que preciso problematizar e reinventar muitas práticas que (re)produzi nos últimos nove anos de trabalho com a disciplina de História, como por

exemplo, usar exclusivamente o livro didático como suporte da docência, reproduzir questionários e aulas expositivas que sempre foram o tripé que sustentou meus planejamentos e que, para quebrar a rotina, às vezes usava um filme, analisava uma música, ou ilustrava o conteúdo com desenhos.

Enfim, minha certeza sempre foi de insuficiência. Mas, como posso mudar? Como posso elaborar e desenvolver um trabalho que ajude o estudante a compreender que o local em que vive tem História e foi construído num determinado tempo histórico? A proposta da presente investigação foi conciliar um trabalho acadêmico, com rigor científico que lhe é próprio, com a elaboração de um material didático sobre o processo de ocupação da região de Salto do Céu, e que esse material possa ser utilizado no ensino de História, nas escolas locais.

Produzir este texto, bem como o material de trabalho, é como costurar uma colcha de retalhos. A costureira junta tecidos de variadas cores, estampas, composições, tamanhos e texturas diferentes. Certamente ela organiza e separa de acordo com seu interesse. Creio que mentalmente ela faz uma paleta de cores. Então, começa a costurar, unir os tecidos com o objetivo de, com aquele apanhado de retalhos, elaborar algo único que sirva aos seus objetivos, interesses, necessidades e seja esteticamente agradável.

Vejo assim esse trabalho historiográfico. Tratei de reunir fontes variadas associando-as a autores, tecendo com meus conhecimentos, em consonância com as ideias de meu orientador, seguindo as normas científicas e disciplinares, para enfim, reunir todo este material, e elaborar um texto acadêmico-científico e didático.

Assumi as sugestões de Durval Muniz a respeito da relação entre passado e presente que desafia o historiador:

(...) o passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo. O passado não possui uma verdade fechada, mas está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações, das condições históricas do presente que é interrogado, estudado, analisado, ensinado. (...) O passado, portanto, é elaborado, pensado e tratado na sua relação diferencial com o presente; ele existe nessa escavação que se faz a partir do contemporâneo buscando a construção das fronteiras que separam as duas temporalidades. Uma das funções sociais da história é construir o passado, dotando a sociedade de uma visão do tempo que vá além daquilo que se define e se pensa como presente (ALBUQUERQUE-JÚNIOR, 2012, p.30).

Embora incompreendida por muitos, a história cumpre a função social de esclarecer às sociedades do presente, sua origem e formação através da construção do passado. Relacionar acontecimentos do passado com a atualidade não é uma abstração que conseguimos fazer com

facilidade. E, esse é um dos papéis da história, qual seja, nos lembrar de quem somos, esclarecer nossas questões, e embora as respostas não sejam únicas ou eternas, eles servem ao presente.

Nesse sentido, minha proposta foi realizar uma pesquisa da História de Salto do Céu e preparar um material didático para o ensino desta nas escolas municipais, no ensino fundamental. Esta foi a razão da escolha da pesquisa, e também, atendendo as exigências do Programa de Mestrado Profissional – PROFHISTÓRIA, para apresentarmos o Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado composta por quatro capítulos, conforme descrito a seguir.

No primeiro capítulo, fizemos um levantamento de dados sobre a fundação e povoamento da Colônia Salto do Céu, como parte da extensa Colônia Rio Branco. Nesse período abordamos a política de ocupação e usos da terra, dentro do preceito desenvolvimento com segurança lançado pelo governo Federal, e o cotidiano das pessoas que vieram de outros estados e lugares para adquirir um lote de terra para o cultivo agrícola e a pecuária, em condições precárias de infraestrutura e de vida, enfrentando um ecossistema natural estranho, que transformaram com o trabalho e a ação diária, produzindo, comercializando (comprando e vendendo), construindo suas casas, traçando estradas, ruas, quarteirões, levantando escolas, capelas de igrejas, sofrendo com as enfermidades e assim levantaram a sede de um Distrito de Cáceres, em Salto do Céu.

As principais fontes utilizadas para fazer esta narrativa foram as fotografias, os relatos orais obtidos em entrevistas com pessoas que viveram os acontecimentos, alguns materiais de propaganda do governo do estado, além de informações escritas em meios impressos.

No segundo capítulo desta parte tratamos o processo de emancipação do distrito de Salto do Céu transformado em município.

As fontes empregadas na construção do capítulo foram os dados do processo de emancipação levantado na Assembleia Legislativa do Estado – ALE, estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Justiça Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral TRE-MT, relatos orais e fotografias. A escolha do uso de imagens e entrevistas explica-se pela escassa bibliografia encontrada sobre o tema pesquisado.

O terceiro capítulo apresenta algumas discussões sobre o ensino da História escolar, com base nas reflexões de Schmidt (2012), Cezar (2004) e Zucchi (2012).

O quarto capítulo é um orientativo pedagógico sobre a história do local, para que os docentes da disciplina de história possam utilizar como material de apoio em suas aulas.

CAPITULO I

RECOMPONDO OS TEMPOS DE POVOAMENTO DE SALTO DO CÉU

Neste capítulo abordei aspectos da História de Salto do Céu da década de 1960 até o final de 1970, período quando o município começa a perder uma quantidade considerável de habitantes. Mostra o cotidiano repleto de sabores, dissabores e possibilidades vivenciado pelos primeiros moradores do local. Quais eram as expectativas do pai e mãe de família que decidiu por um recomeço, sim, por que a mudança não seria apenas de Estado, mas de ares, costumes, paisagens, maneiras de construir, de ser, de viver, de festejar. Quais medos e inseguranças tiveram que vencer para então reinventarem suas vidas?

A origem do povoado de Salto do Céu remonta à criação da colônia Rio Branco, a partir da década de 1960. Segundo Antônio Eustáquio de Moura (1994), em sua dissertação de mestrado sobre os Posseiros da Gleba Canaã, atual município de Lambari d'Oeste/MT, a empreitada foi realizada pela colonizadora particular CAEC–Companhia Agrícola e Colonizadora, MADI.

Esse processo de ocupação das terras, nessa região, fazia parte de uma política nacional que foi lançada por Getúlio Vargas, prolongou-se durante o governo de Juscelino Kubitschek e intensificou-se nos anos dos governos militares (1964-1985), com a criação do Plano de Integração Nacional (PIN), no ano de 1970, no governo de Emilio Garrastazu Médici.

O PIN abrangia os ministérios da Agricultura, dos Transportes e Minas e Energia. A colonização do século XX apresenta-se aos trabalhadores rurais como uma possibilidade de acesso à terra, principalmente, para os pequenos agricultores, e além disso, foi um projeto governamental que visava aumentar a produtividade e a população nas regiões centro e norte do Brasil.

O resultado dessas políticas foi o surgimento posterior de vários municípios no interior do Mato Grosso, como também o agronegócio, a formação de uma nova classe política, a especulação imobiliária, movimento migratório e outros mais. A cidade de Salto do Céu está localizada a 371 quilômetros a oeste da Capital Cuiabá. Segundo o censo do IBGE-2000 a

população do município era de 4.675 habitantes, em 2010 havia 3.908 e em 2017 a população estimada era de 3.347 habitantes.¹

A imagem a seguir, mostra o primeiro registro aéreo do local. A imagem foi cedida pela Prefeitura Municipal de Salto do Céu:

Figura 1: Vista aérea de Salto do Céu, década de 1970



Fonte: Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT.

A foto da figura 1, registro realizado na década de 1970, quando o local já possuía ruas demarcadas, os lotes separados e construções de alvenaria, mostra os primeiros anos de Salto do Céu. Ela foi captada de uma aeronave. Pelo ângulo escolhido aparece o rio, denominado Rio Branco, e a densa mata que ocupava todo vale, mas que, atualmente, já não existe. A imagem foi escaneada da foto original e apresenta manchas, marcas que atestam sua longa “existência”. Porque para o portador de uma imagem como esta ela não é apenas um papel. Ela é a “prova” de que a configuração da cidade mudou. Que o tempo passou e mesmo que sua passagem não pode ser sentida, ela pode ser percebida pelas marcas que essa passagem deixa.

Ao longo das décadas seguintes, 1980 e 1990, o local cresceu e surgiram as estruturas necessárias para uma cidade, tais como asfalto, energia elétrica, sistema telefônico, água encanada e sistema de esgoto.

¹**Fonte:** IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>; Acesso em: 24/05/2017.

A figura 2, mostra a cidade na primeira década do século XXI, em cores vivas e panorâmica aérea, que indicam mudanças significativas em relação a figura 1:

Figura 2: Vista aérea de Salto do Céu em 2010



Fonte: Acervo Particular do fotógrafo Uzias Bonfim, 2010.

A fotografia da figura 2 retrata uma visão aérea da cidade. No primeiro plano, ao sul, temos a entrada da cidade, vindo de Cuiabá através de Rio Branco e o segundo conjunto habitacional do município; ao Norte temos a saída para a região rural de Rio Negro, Quinta Seção, Vila Progresso e o município de Reserva do Cabaçal.

Na foto é possível perceber o rio que banha a cidade. A leste localiza-se o bairro Boa Esperança onde foi construída a primeira Companhia de Habitação Popular (COHAB) e, a oeste, pode observar-se o rio margeando a cidade. A cidade é rodeada por morros formados pelas bordas da Chapada dos Parecis, o que lhe confere beleza e sensação de proximidade com a natureza.

Observando as imagens, podemos perceber que aconteceram mudanças significativas na paisagem natural. Aumentaram as construções, a infraestrutura e podemos observar que na primeira figura, toda a mata da margem esquerda havia sido removida. Na imagem 1, podemos notar a reconstituição de uma estreita faixa de mata ciliar nas margens esquerda e direita em alguns trechos do rio.

Atualmente o rio diminuiu o volume de água. Todo o município é composto por fazendas e sítios, onde se cria gado para a produção leiteira ou corte. A terra “formada”, ou seja, com capim para o gado, levou ao desmatamento e uso de inseticidas para exterminar o “mato”, que são as espécies vegetais que não servem de alimentação para os animais e podem se tornar “praga” acabando com o pasto. Os produtos químicos utilizados são levados para o leito do rio pelas chuvas, assim como a erosão está diminuindo sua profundidade e largura, já que a mata ciliar é composta apenas por estreitas faixas de vegetação que acompanham o curso do rio.

As terras da região ao norte de Cáceres, onde estão hoje os municípios de Salto do Céu, Rio Branco, Reserva do Cabaçal e Lambari D’oeste, antes eram ocupadas pelos índios Bororo, conhecidos como Bororos Cabaçais. Esses espaços tidos como “vazios” eram territórios ocupados por eles como informa MOURA, (1994, p. 87), “esta região ocupada pelos imigrantes foi habitada ou percorrida por indígenas, pois (...) são encontrados frequentemente restos de objetos de cerâmica pertencentes a povos indígenas”.

Lembramos, ainda, que antes da colonização do século XX as florestas das bacias dos rios afluentes da margem esquerda do rio Paraguai, entre eles o Rio Branco, eram percorridas desde os fins do século XIX por extratores da Poaia, da Seringa e caçadores de peles de animais silvestres. Estes ocupavam pequenas clareiras abertas nas matas, às margens dos rios, para organizarem suas incursões em busca das riquezas naturais que retiravam e vendiam aos comerciantes de Cáceres, que por sua vez, as exportavam pelo rio da Prata e movimentavam importante comércio de importações nas cidades, portos fluviais do Rio Paraguai e Rio Cuiabá, em Mato Grosso.

Ferreira (2001), em sua obra sobre os municípios de Mato Grosso, que representa a História Oficial, informa que a ocupação na região de Salto do Céu começou a partir de 1946, quando o governo do Estado criou a CPP (Comissão de Planejamento da Produção). O autor explica que este órgão participou ativamente da organização da colônia conduzindo a demarcação de lotes. A terra era distribuída em lotes de 200/1000 metros, ou seja, de 20 hectares. A CPP elaborava, coordenava e organizava projetos de colonização do estado.

Foi esta comissão quem organizou o assentamento de colonos na Gleba Rio Branco, quando o presidente desse órgão era o Sr. João Capilé Filho. Foi ele que deu o nome a colônia, de “Salto do Céu”. O texto destaca ainda que o presidente da CPP penetrou num terreno de mata fechada quando: “Capilé deparou com uma alta queda d’água, e por causa dessa queda denominou o lugar de Salto do Céu”.

Como os diversos autores explicam o contexto da colonização de Rio Branco e Salto do Céu?

Moura explica que, já no ano de 1907, o governo de Mato Grosso havia regulamentado os Serviços de Colonização autorizando a atuação privada e federal em projetos no Estado reservando áreas de terras públicas para criar colônias estaduais. Ele cita:

No Decreto nº 200 de 18/12/1907 o governo mato-grossense adotou medidas para concretizar sua intenção de povoar o Estado e expandir a fronteira agrícola. Através deste decreto regulamentou o Serviço de Colonização do Estado, estendeu a participação nas atividades de colonização para a União e empresas particulares, determinou medidas de apoio a serem dadas aos colonos e reservou áreas de terras devolutas para a implantação de colônias estaduais (MOURA, 1994, p.72).

Alves (1998, p. 21) afirma que, com a Marcha para o Oeste, além da ocupação das terras, o governo federal visava diminuir a densidade demográfica “com os excedentes populacionais das grandes cidades que perturbavam a ordem social com greves (...) e movimentos contestatórios”. O objetivo dessa política seria o esvaziamento das grandes cidades do sudeste e sul do país, evitando com isso, problemas de ordem política e social.

1.1. O Sonho da Terra

Como os migrantes de outras regiões do Brasil ficaram sabendo da existência da colônia Rio Branco? O governo federal, colonizadoras e imobiliárias privadas faziam propagandas de projetos de colonização no centro oeste em nível nacional. Cada organização utilizava os recursos disponíveis, tais como a TV, o rádio, jornais, revistas, folders, fotografias e agentes imobiliários como meios de difusão. “Ouvindo os apelos do governo muitos colonos eram levados a embrenharem-se nos sertões, com o sonho de conseguirem um pedaço de chão” (ALVES, 1998, p.131). As referidas propagandas falavam justamente da possibilidade de realizarem tal sonho.

Os anúncios sobre essas terras são encontrados em jornais de maior circulação em Mato Grosso e em outros Estados. São propagandas que tendem a apresentar Mato Grosso como uma enorme mancha de terra fértil a espera de mãos ávidas por trabalho e prosperidade. A intenção é despertar o interesse naqueles que, geralmente, têm uma relação forte com a terra e que particularmente por esse fato podem se apresentar mais sensíveis a tais anúncios (HEINST, 2003, p. 29).

As propagandas vendiam uma ideia, exploravam uma necessidade e, através disso, alimentavam um sonho. Muitos camponeses já tinham a necessidade de mais terras, outros mesmo satisfeitos, ao ouvirem e verem as propagandas, eram impulsionados pela possibilidade de adquirir mais terras e certamente havia também aqueles que nunca possuíam terra própria e viam nessa “imensa mancha de terra fértil” tal possibilidade.

O apelo foi dirigido diretamente ao pequeno lavrador que podia ser proprietário de seu pequeno lote, arrendatário, posseiro ou sem-terra, servindo como peão em outras propriedades agropecuárias ou nos cultivos de café que, na região norte do Paraná e nesta de São Paulo, ainda eram afetadas periodicamente pelas fortes geadas que causavam prejuízos.

Ao apresentar terras livres da geada, férteis e disponíveis por preços baixos com promessas da colonizadora de financiar a terra, insumos, infraestrutura com prazos para pagamento e juros baixos, estimulava o desejo de melhorar de vida em muita gente que passava dificuldades naqueles tempos.

Exemplificando este tipo de propaganda impressa trazemos na imagem 01, um panfleto que foi elaborado e distribuído por uma colonizadora que tinha sua sede em Presidente Prudente, no estado de São Paulo.

Figura 3: Propaganda da Colonizadora CIPA, Presidente Prudente-SP

T E R R A S

PARA O PEQUENO LAVRADOR

Leia com Atenção

A maior colonização do Oeste Brasileiro - terras no Estado de Mato Grosso, próximas à Capital do Estado, estão sendo colonizadas pela

Colonizadora, Industrial, Pastoril e Agrícola "Presidente Prudente" Ltda.
(CIPA Ltda.)

As melhores terras do Brasil, localizadas no Vale do São Lourenço, no município de Cuiabá - Capital de Mato Grosso terras próprias para café, algodão, trigo, cereais e cana.

Terras livres de geadas

A firma colonizadora garante o financiamento para transporte de mudanças e custeio de lavouras, fornecendo também, diretamente nas terras, sementes, mudas para pomares e hortaliças e ferramentas.

Preço: Cr.\$1.000,00 por alqueire - 20 o/o de entrada - Prazo 6 anos sem juros.

Para melhores informações, procure a

Colonizadora, Industrial, Pastoril e Agrícola "Presidente Prudente" Ltda.
Rua Tenente Nicolau Mafei, 445 - 2.o andar em
PRESIDENTE PRUDENTE

Fonte: Arquivo Municipal de Jaciara- MT.

Os estudos do sonho da terra própria para uma vida melhor estão mais avançados em Mato Grosso para os períodos posteriores, mas mesmo assim podem servir de referência para o caso da Colônia Rio Branco da qual fazia parte Salto do Céu. Afirma Heinst, para o caso de Mirassol d'Oeste:

As propagandas, geralmente apelavam para vários artifícios, na tentativa de convencimento do maior número possível de compradores. Entre esses artifícios, seguindo os passos da documentação, encontra-se em geral a divulgação das facilidades apresentadas para adquirir as terras, ressaltando os baixos preços destas e, especialmente, a fertilidade do solo. Isso possibilita dizer que, essas propagandas anunciavam a riqueza da terra de acordo com o objetivo dos interessados (HEINST, 2003, p. 34).

Os artifícios do convencimento não esclareciam aos possíveis compradores sobre a ausência de infraestrutura, as dificuldades referentes a educação escolar das crianças, a falta de estradas e de acesso ao atendimento médico. As propagandas transmitiam a mensagem de que a terra fértil onde tudo nasce, cresce e produz que os trabalhadores do campo tanto

precisavam existia e, só dependia da vontade deles para se apossarem da terra e concretizarem seu sonho.

O principal atrativo de colonos para a região era a fertilidade das terras. Consta, no histórico oficial da prefeitura de Salto do Céu, que no processo de escolha de locais para estabelecer povoamento, observava-se a formação florestal no entorno. “A mata de madeira de lei, a mata fechada era o indicativo de terra boa”; assim como a colonização de outras regiões, também a fertilidade do solo era apresentada como principal fator.

A propaganda propõe a satisfação das necessidades. No caso do homem do campo, era o enfoque na crença do trabalho como forma de demonstrar sua dignidade, e que buscava espaço para produzir seu sustento, conforme destaca Carla Fabiana Streck (1999), “Em nosso contexto, onde o trabalho é exaltado e possui um caráter de obrigação moral, este se torna um importante elemento de definição do eu” (p.111).

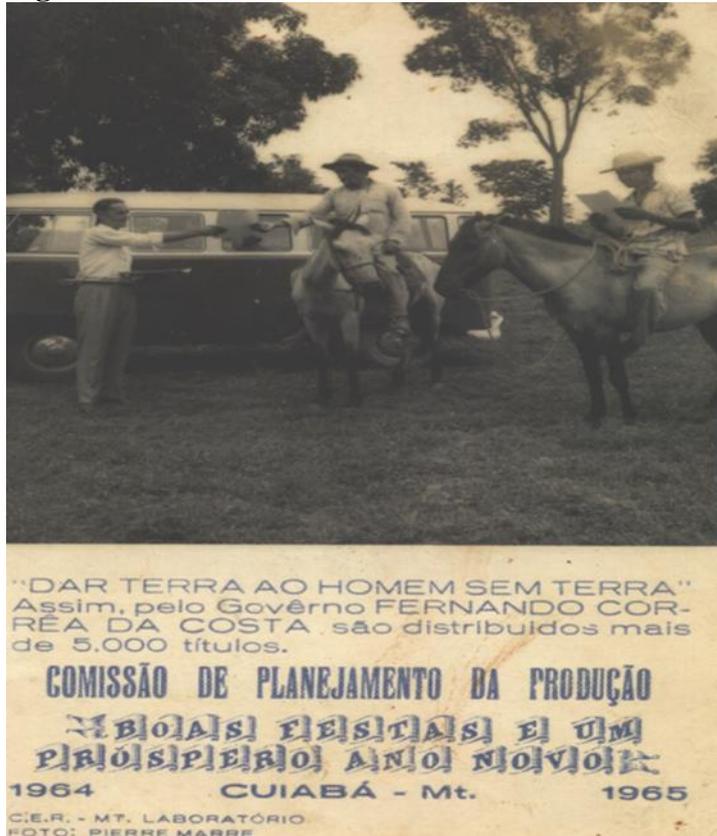
Quando, em 1951, Fernando Corrêa da Costa assumiu o governo do Estado de Mato Grosso, sua administração prosseguiu com a política de ocupação dos “espaços vazios” do Estado, com a participação das empresas imobiliárias e de colonização.

Isso porque ocorria a regularização fundiária de forma similar nos chamados projetos de ‘Colonização Empresarial’, através da apropriação da terra por empresários e colonizadores que revendiam a terra (MORENO, 2007, p.102).

O cartão de Natal do acervo particular do senhor Dorico Santiago, morador que entrevistei no mês de abril de 2006, na época já aposentado, trazia uma imagem. Ele chegou no local no ano de 1964, trabalhou como agricultor e, posteriormente, ocupou a função de Juiz de Paz. O cartão foi produzido pela CPP, que participou ativamente do processo de colonização de Salto do Céu. Segundo o senhor Dorico, o homem que está entregando os “títulos” de terras que aparece no cartão era o secretário do então governador Fernando Corrêa da Costa.

A primeira mensagem que o colonizador (governo do estado) apresenta é: **“Dar Terra ao Homem sem terra”**. Justifica-se, socialmente, a colonização de Rio Branco, como uma maneira de promover o acesso à terra pública por trabalhadores sem terra ou com pouca área.

Figura 4: Cartão de Natal da CPP – 1964-1965



Fonte: Acervo particular do senhor Dorico Santiago, Salto do Céu.

Acrescenta-se uma segunda mensagem: *“Assim, pelo govêrno (sic) de Fernando Corrêa da Costa, são distribuídos mais de 5.000 títulos”*. Destacamos que a mensagem exaltando os feitos do governador vem antes das felicitações aos eleitores. Tratava-se de uma propaganda das ações do governo do estado e não significava assentar pessoas, mas dar-lhes o título pois já estavam de posse da terra.

Conforme Sueli Pereira Castro, a

Colonização, em seu sentido mais amplo, é o processo de ocupação de uma área realizada por indivíduo de fora, de colonos (...) cabe ao governo Federal ou à iniciativa privada identificar uma área específica, demarcar lotes, construir acesso, vender a terra (...) podendo também oferecer infraestrutura aos colonos (CASTRO, 2002, p. 41-42).

No entanto, em Salto do Céu, os colonos que migravam de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, entre outros estados, não contavam com as condições mínimas para sua sobrevivência: “os projetos oficiais não atenderam nem mesmo às exigências mínimas

relativas à infraestrutura. A carência de estradas de acesso às áreas de colonização (...) escassez de escolas e hospitais” (CASTRO, 2002, p. 63).

Nas entrevistas é possível notar que, no caso de Salto do Céu, as condições de moradia, atendimento médico eram mesmo inexistentes, como relatou Laurides Lopes: “Aqui eu vou falar, aqui não existia nada, aqui era mato”².

O Bispo de Cáceres, Dom Máximo Biennés, no livro “Uma igreja na Fronteira”, afirma que “a primeira personagem da ocupação foi José Paulo da Silva, vulgo Pernambuco” (BIENNES, 1987, p. 561), que chegou com a família, fez seu rancho coberto com folhas de coqueiro. Eles viram chegar outros colonos como Daniel Marra, José Belarmino e Idelfonso Cuiabano.

Muitos colonos perseguiram o sonho de enriquecimento e as propagandas eram baseadas na difundida ideia que o trabalho gera riqueza. Precisavam apenas de coragem para trabalhar, já que o trabalho era colocado como o principal meio do homem adquirir riqueza, ou pelo menos mudar de vida.

1.2. A Memória e a Imagem

Devido à escassez de documentos escritos a respeito da colonização de Salto do Céu, embasei minha pesquisa na História oral e na Iconografia, pois acredito, assim como Maria Andrade, estudiosa da história oral, que a entrevista “constitui um instrumento eficaz na recolha de dados (...) para a elaboração de uma pesquisa” (ANDRADE, 1997, p. 126).

Através da entrevista o entrevistado traz para o presente, com a sua fala, uma verbalização das imagens, e das experiências que formulamos, e são interceptadas pelos valores e concepções que temos do mundo.

Assim, como em todo o estado de Mato Grosso, a colonização de Salto do Céu apresentou vários desafios. Os migrantes que para lá seguiram sofreram as dificuldades de um local de difícil acesso e sem infraestrutura. Na década de 1960, Salto do Céu era uma pequena povoação, como se pode notar pela fotografia, não possuía energia elétrica, poucas ruas e nem pavimentação asfáltica.

No acervo particular do Sr. Uzias Bonfim, que atua como fotógrafo profissional no município, existem fotografias de várias escolas da área de Salto do Céu, infelizmente, elas

²Laurides Lopes. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 24/07/2006.

não estão devidamente identificadas e para o reconhecimento das que foram usadas nessa pesquisa consultei antigos moradores do local.

Vivemos a imersão de imagens. O volume produzido é imenso e a rapidez de circulação espantosa. A era digital permite um acesso quase ilimitado à fotografia. Mas, nem sempre foi assim. O ato de fotografar-se já foi cerimonioso, caro e de difícil acesso. Durante toda a minha infância e adolescência, até meus treze anos, lembro-me das quatro ocasiões que fui fotografada. Cada vez foi um evento.

A imagem pode ser manipulada, alterada, composta e decomposta, reproduzida quantas vezes se julgar necessário. Não é mais necessário o fotógrafo profissional e o papel. Mudanças bem-vindas, porém, para os saudosistas, como eu, sem poesia. Eu me lembro de como gostava de olhar as fotografias antigas de minha avó. Muito me impressionava a postura das pessoas, as joias, as vestimentas, o lenço na cabeça das mulheres, o chapéu dos homens, e pensava: como essas pessoas eram diferentes.

Nesse sentido, o uso de imagem fez parte da composição dessa narrativa, considerando o que afirma Ana Maria Mauad,

Desde a sua descoberta até os dias de hoje a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo, registrando sua história numa linguagem de imagens. Uma história múltipla, constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas sensibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais. No entanto, a fotografia lança ao historiador um desafio: como chegar ao que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico? (MAUAD, 1996, p.77).

A imagem cria a ideia de eternizar momentos, aproximar entes queridos, distantes ou ausentes, daí porque o valor que lhe atribuímos. No presente século, a difusão da tecnologia de comunicação e o acesso aos mecanismos móveis de registro fotográfico, permitem que uma pessoa faça muitas autoimagens, as *selfies*. É como a procura de um “eu” perdido. Ou da expressão das várias facetas que uma pessoa pode apresentar.

Assim como num texto escrito sempre há um autor, individual ou coletivo, na fotografia o autor é o fotógrafo que maneja a câmera, foca os objetos a registrar, decide o que enquadrar, e recortar da totalidade da realidade, deixando fora o que não lhe interessa. E, a partir da fotografia impressa, a imagem ganha usos sociais diversos com interpretações feitas pelos expectadores e apreciadores destes registros. Muitas fotografias se perdem e deterioram, outras, com mais sorte entram em coleções pessoais, familiares ou de instituições, públicas e privadas, formando acervos de memórias sobre aspectos do passado. Desta forma, se tornam

importantes fontes para o estudo da história, se analisados, criticamente, em relação aos seus contextos de produção (data, lugar, acontecimento, pessoas, aspectos da natureza, etc.) que os cristalizaram para as gerações presentes e futuras.

A comparação de fotografias de um mesmo espaço, mas produzidas em tempos distintos, pode ajudar a perceber a passagem do tempo. Afirma Oliveira:

Assim como o documento escrito, a fotografia pode ser um poderoso aliado na formação dos alunos, tanto por seu caráter ilustrativo, como por trabalhar com elementos visuais bastante próximos ao referencial do aluno: a foto é um elemento presente em suas vidas (OLIVEIRA 2012, p. 48).

Algumas fotografias a que tivemos acesso nos lembram o que disse Boris Kossoy, especialista no uso de fotografias nos estudos de história, quando afirma que “desde cedo os governos (...) requerem a presença do fotógrafo para que este documentasse seus feitos, suas realizações” (KOSSOY, 2001, p. 112).

Assim também acontece com as fontes orais. Os discursos são elaborados pelo exercício da memória que produz a narrativa das experiências vividas. Não há registro sem intencionalidade. Cada fala rememora situações únicas. O mesmo narrador não conta a mesma história igualmente mais de uma vez. Em cada narração ele agrega, ou exclui, elementos e aspectos diferenciados. Não é o caso que ele minta. Simplesmente, como ele não é um ator com falas decoradas, ele é o que rememora, assim, em cada exercício de lembrar, aspectos são destacados ou “esquecidos”.

As fontes manuscritas, como atas, por exemplo, e a impressas, como fotografias e documentos oficiais, devem ser discutidas considerando a autoria, apropriação e circulação. Uma ata, antes da assinatura dos participantes de uma reunião, é lida e votada, e são elaboradas em linguagem que agrada aos sujeitos envolvidos. As fontes impressas que utilizamos foram preservadas de acordo com os interesses do poder público, conservadas conforme a vontade dos possuidores do poder de decisão. Quando um documento é guardado sempre existe uma razão. Às vezes, no entanto, pode acontecer a conservação pelo “esquecimento” em depósitos. Nesse aspecto, os arquivos são lugares de memória, cheios de eventos esperando que os pesquisadores os revitalizem. Ao entrarmos em contato com as fontes devemos considerar as razões que implicaram em sua preservação.

O documento é um fragmento, uma ruína, um fóssil. É um trabalho por amostragem, uma partícula que representa um todo. Um universo de possibilidades que não podemos esgotar. Assim, o trabalho historiográfico reúne esses componentes para elaborar uma narrativa inteligível, para informar às sociedades do presente que elas não se auto

constituíram. Somos o resultado das nossas escolhas e das escolhas que foram feitas antes de nós.

A relação entre história e memória pode ser de contradição ou complementaridade. A memória é uma das fontes que o historiador pode se apropriar para produzir sua narrativa. É compreensível que existirão contradições entre memória e história. Ambas são passíveis de lapsos e equívocos, porque são construtos permeados de subjetividade. Porém, apesar destes aspectos, os acontecimentos analisados não podem ser inventados. A análise de uma greve realizada por profissionais da educação produzirá lembranças diferentes em cada um dos grupos sociais envolvidos: os representantes dos sindicatos, os profissionais ativos nas manifestações, os profissionais ausentes, os representantes do governo; para cada grupo, o acontecimento se desenrola de maneira diferente porque os interesses não são os mesmos.

Em seu livro “Memórias de Velhos”, Ecléa Bosi (1987) citando Maurice Halbwachs, explica que existe a memória coletiva e a memória individual e que todos nós carregamos as duas memórias. “Às vezes há deslizamentos na localização temporal de um acontecimento uns e outros sofrem um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais” (BOSI, 1987, p. 419).

Falando sobre memória e interação social, a autora esclarece que

Quando relatamos nossas mais distantes lembranças, nos referimos em geral, a fatos que nos foram evocados muitas vezes pelas suas testemunhas. Pode-se recordar sem ter pertencido a um grupo que sustenta nossa memória? (BOSI, 1987, p.41).

Quando formulamos imagens sobre os acontecimentos vividos (ou não) e lhes damos certa inteligibilidade quando elaboramos as narrativas, somos influenciados pela realidade na qual estamos inseridos. O grupo social de que participamos nos encaminha para o tipo de lembranças, individual e coletiva, que guardaremos.

As lembranças da infância são fragmentos que carregamos por que produziram algum significado. Assim, de todas as vezes que brincamos, passeamos ou de todos os dias que frequentamos a escola, apenas alguns deles ficaram registrados em nossa memória. “O primeiro dia de aula, a perda de uma pessoa amada, a formatura, o começo da vida profissional, os casamentos dividem nossa história em períodos” (BOSI, 1987, p.417). E o que lembramos não é o fato tal qual aconteceu. É uma representação. Quando rememoramos, sempre o fazemos com o olhar do presente. Um casamento não é lembrado da mesma forma por todos os envolvidos.

A fotografia da Figura 5, do acervo do fotógrafo profissional Uzias Bonfim, mostra uma quermesse realizada pela igreja Católica, no final da década de 1960, segundo informações de dona Andiária Lopes e seu esposo Laurides Lopes, casal residente em Salto do Céu, trabalhadores rurais, atualmente ambos estão aposentados.

Essa foto da Figura 5 retrata o local onde, atualmente, está a região central da cidade. Ao fundo está a Igreja Católica, que era levantada em tijolo cru e coberta de tabuinhas de madeira, tendo a mata fechada ao fundo. Hoje essa mata não existe mais, parte dela foi ocupada pela cidade, e outra parte virou pastagem.

A prática cultural da quermesse é um indicativo da religiosidade católica que os migrantes traziam desde suas regiões de origem em outros estados ou de outros lugares dentro do estado de Mato Grosso de onde partiam para a nova colônia em formação.

Uma quermesse acontecia em vários dias de atividades celebrativas, religiosas e festivas, como atividades sociais para arrecadar fundos para alguma construção da Igreja local ou mesmo para os donos das barracões que vendem comidas salgadas e doces, bebidas, ou simplesmente a pescaria no seco como forma de sortear algum brinquedo ou objeto arrecadado no comércio.

A organização de uma festa com quermesse demandava muito trabalho dos festeiros e animada participação da população em todas as atividades. As quermesses eram organizadas com objetivos beneficentes ou em prol de construções de igrejas.

Na pesquisa de campo constatei que a chegada dos primeiros habitantes colonos, à região de Salto do Céu, foi cercada de múltiplas “dificuldades”³, pois não contavam com estradas, nem pontes ou atendimento médico.

³ O termo *dificuldades* aparece em quase todas as falas das pessoas que entrevistei e aponta para a simplicidade dos migrantes que se fixaram em Salto do Céu-MT, na década de 1960.

Figura 5: Quermesse da Igreja Católica, fins dos anos de 1960



Fonte: Uzias Bonfim, Salto do Céu-MT.

Este aspecto das dificuldades encontradas pelos colonos também foi lembrado para outros casos, como Mirassol D'Oeste, como lembrou Heinst:

Os pequenos agricultores que chegavam se deparavam com a floresta fechada e com todo tipo de adversidades, especialmente a falta de estrada para deslocarem-se caso precisassem de qualquer auxílio. Teriam certamente que contar com a *sorte* e o *improviso* (HEINST, 2003, p. 69).

O senhor Laurides Lopes da Silva e sua esposa Andiária Conceição, ambos trabalhavam na agricultura e atualmente estão aposentados, vivendo na cidade. Chegaram com a família em 1965. No relato ele mencionou a dificuldade de se conseguir alguns víveres: “pegava um quilo de sal em um saco de arroz”⁴.

O Sr. Laurides veio do Espírito Santo com a família, lá ele fora arrendatário, mas seu desejo era possuir um pedaço de terras. Tal plano começou a ganhar contornos mais nítidos quando ele começou a ouvir falar de Mato Grosso, através das propagandas:

Aprender a atenção das pessoas através das propagandas e transformá-las em migrantes, aventureiros ou soldados da pátria era o objetivo do governo.

⁴Dorico Santiago. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

Isso reforçaria o mito bandeirante em pessoas (...) que tinham a esperança de melhorar sua condição social (DIODATO, 2003, p. 11).

Ambos almejavam possuir um pedaço de terra: “a gente nunca tinha possuído nenhum pedaço de terra (...) aí nós viemos pra cá por causa disso, viemos pra poder os filhos ter lugar de trabalhar”, conta dona Andiária Conceição⁵, esposa do senhor Laurides.

Na pesquisa de campo, em busca de dados sobre Salto do Céu, fiz contatos com antigos moradores, dentre eles, o senhor Dorico Santiago que chegou à cidade no ano de 1964, vindo do Paraná, com a família de seu pai, em pau-de-arara, até o povoado Panorama. A partir deste local não tinha mais estradas, eram as “picadas”, ou trieiros⁶ feitos na mata e eles chegaram na colônia andando a pé, como lembra o senhor Dorico: “chegamos no Panorama e pegava as coisas nas costas, tudo que tinha e viemos”⁷.

Ao lembrar do tempo da mudança, as ações que ele acredita ter sido decisão própria, como chefe da família, sem intervenção do governo, ele não cogita que suas escolhas foram projetadas, e que sua chegada as novas terras eram já previstas.

“O tempo que o homem considera como seu é aquele onde ele concebe e executa suas empresas. A época pertence aos homens mais jovens que nela se realizam por suas atividades, que animam com seus projetos” (BOSI, 1987, p. 42). E essa condição não é mais do homem jovem e cheio de vigor e disposição para o trabalho, mas de um idoso que lembra.

Conhecemos a tendência da mente em remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória (BOSI, 1987, p. 419).

As lembranças servem ao presente. São elaboradas para responder questões que são elaboradas posteriormente. Quando estamos inseridos em certos contextos, não podemos perceber todas as suas dimensões. Com o passar dos anos, quando nos distanciamos dos acontecimentos, poderemos percebê-los com maior clareza, porém, quando vamos rememorá-los, o ato é influenciado pela pessoa do presente.

Dona Andiária, lembra que nessa época de organização do povoado, as casas, ou ranchos, eram cobertos de palha de coqueiro, ou de arroz. As famílias chegavam e se

⁵Andiária Conceição. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

⁶Trilhas.

⁷Dorico Santiago. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

instalavam no povoado. Os que não tinham comprado ou ganhado terras, trabalhavam para os que possuíam e recebiam o pagamento em viveres alimentícios, como arroz.

Conforme relata Dona Andiária, em 1965 não se encontrava nenhuma galinha no povoado. A alimentação de carne era garantida pela caça e pesca, “Salto (Salto do Céu), num tinha nada, nada, nada. Num tinha estrada (...) a dificuldade (...) era demais. (...) pra você procura um remédio. Pra você fazer um chá você num achava, ninguém tinha. Todo mundo estava plantando”⁸.

Ela se refere à total ausência de infraestrutura e de recursos do local. A falta de remédios e de plantas medicinais, o esposo lembra da dificuldade que o casal passou quando os filhos foram contagiados pelo sarampo: “Eu e a Andiária que é a minha esposa, nós passava a noite orando, pedindo a Deus. Foi que Deus abençoou que os menino sarou”⁹.

Certamente exerceram forte vigilância sobre os filhos contagiados pelo sarampo cuja maior terapia eram os cuidados e a prevenção. Mesmo conduzindo uma dieta alimentar e outros cuidados, nesta situação nova eles se representam como dependentes da ação de Deus. Também, a crença esperançosa em dias melhores dava-lhes alento para suportar as dificuldades.

A respeito das muitas dificuldades nas colônias Alves (1998, p. 133) afirma: “As famílias se deslocavam para o sertão, deparavam com uma realidade completamente diferente: não havia nada além do mato (...) nessas colônias (...) reinavam o desconforto e a monotonia”.

José Silva e Silva¹⁰ (78 anos), agricultor, natural do Espírito Santo, veio para Mato Grosso em 1962, para trabalhar em uma fazenda em Rondonópolis-MT. De lá seguiu para Salto do Céu chegando em 02/09/1966. Ele afirma que o governador Pedro Pedrossian estava doando terras. Ele diz que os lotes eram pequenos porque havia muitas pessoas que almejavam por terras. Ele ganhou 5 alqueires na comunidade de Quinta Secção. Ele relata que quando chegou havia 30 barracas, todas de parede de barro e cobertura de tabinhas¹¹. Não havia ponte sobre o rio e a mudança foi transportada nas costas, pelo leito do rio.

Ao elaborar seu relato, ele o faz como um homem forte que venceu adversidades, superou a ausência de infraestruturas, como a inexistência de pontes, um recurso importante para a locomoção e transporte de mercadorias, as construções precárias, o ambiente inóspito! Portanto, se considera um homem honrado e vencedor.

⁸ Idem.

⁹ Laurides Lopes. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 24/07/2006.

¹⁰ José de Souza e Silva. Entrevista concedida a autora. Salto do Céu-MT, 07/02/2018.

¹¹ Expressão popular utilizada para falar tabuinha, diminutivo de tábua.

Muitos reconhecem que se não fosse a solidariedade entre os que já estavam estabelecidos que já tinham seu barraco, uns poucos animais e alguma plantação e os que chegavam, sem ou com poucos recursos, vários compreendem que não sobreviveriam nesta situação precária.

A figura 6 a seguir nos esclarece um aspecto dessa precariedade. Não existia nenhuma infraestrutura além das construções provisórias.

Figura 6: Avenida Espírito Santo nos anos 1960



Fonte: Acervo particular do Senhor Dorico Santiago. Salto do Céu-MT.

Na foto da figura 6, de autoria desconhecida, pertencente ao acervo particular do senhor Dorico Santiago, temos a imagem da rua Espírito Santo. É a mais antiga da cidade e, atualmente, a mais importante, depois da avenida principal.

Observando e analisando estas fotos do início da cidade nos lembramos de Ana Maria Mauad que afirma a respeito da prática de fotografar: “É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado a qual ela nos remete, mas também (...) pelo passado o qual ela nos traz à tona” (MAUAD, 1997, p. 315). Passado fragmentado, porque é apenas uma amostra de determinado local ou situação.

Outro aspecto do cotidiano lembrado no relato de dona Andiária foram as vestimentas: “ninguém comprava roupa igual hoje em dia não, (...) vencia um ano, depois comprava outra”¹². Tal afirmação nos remete a refletir sobre o conceito de necessidade. Na situação em que viviam, as pessoas compravam roupas apenas quando estavam precisando. Contexto

¹²Andiária Conceição. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

muito diferente da atualidade, quando compramos por que queremos ter e gostamos do que vimos, não porque o objeto é necessário.

Sobre necessidade, Antônio Candido frisa que,

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. (...) Com efeito, as necessidades têm um duplo caráter natural e social, pois se a sua manifestação primária são impulsos orgânicos, a satisfação destes se dá por meio de iniciativas humanas que vão-se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar. Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte o caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. De tal modo a poderemos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las. O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação (CANDIDO, 2010, p.28).

Uma das características da pós-modernidade é o consumismo. Dentro desse padrão, o novo é valorizado como característica de realização e felicidade. A narrativa de dona Andiária transmite a ideia de que não havia fome no local. Ninguém passava fome porque a caça e a pesca na região eram abundantes. Plantava-se arroz, feijão e milho. Sendo o solo fértil e a chuva abundante, plantavam pouco e colhiam muito. É importante ressaltar que essa produção era obtida sem o uso de máquinas e de inseticidas. Alguns usavam a tração animal para puxar um arado ou a carroça.

A agricultura na época da colonização de Salto do Céu consistia no cultivo de arroz e, principalmente, feijão e milho. O processo usado para preparar a terra era o de derrubar as florestas e depois realizar as queimadas “naquele tempo, de 60 pra cá (...) não existia esse negócio de agricultura de terras mecanizadas, não havia nenhuma tecnologia para a terra, era derruba o mato, queima”¹³, afirma o senhor Noroel Ribeiro de Souza, trabalhador rural, que chegou em Salto do Céu em 1968. Ele veio juntamente com a família composta por 12 irmãos, sua mãe e seu pai Gerônimo Francisco de Souza, que também entrevistei. Eles saíram do estado da Bahia e chegaram em Salto do Céu em Agosto de 1968. Esse tipo de manejo levou ao esgotamento do solo e posterior redução da produtividade agrícola.

As terras eram naturalmente bem férteis e a produção era volumosa nos primeiros anos. Todas as pessoas por mim entrevistadas, afirmaram que havia alta precipitação de chuvas na região e as colheitas eram abundantes. O senhor Dorico Santiago, lembrou no seu

¹³Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

relato quando chegou à cidade em 1964, as colheitas eram abundantes. Ele afirmou: “chegamos a colher (ele e a família) mil sacas de cereais (...) plantando seis alqueires”¹⁴.

Essa fartura certamente os deixava maravilhados. Talvez, por isso, nenhum dos entrevistados se arrependia de ter acreditado nas propagandas. Apesar do isolamento, da falta de assistência médica e de estradas, podiam usufruir e contemplar o resultado do seu trabalho: “A pessoa plantava um alqueire¹⁵ na época, colhia cento e vinte saca de arroz, né, então veja bem, a pessoa plantava pouco e colhia muito” expõe o senhor Noroel Ribeiro de Souza ¹⁶.

A memória da alta produtividade não os faz refletir sobre o esgotamento que se seguiu. O esvaziamento populacional e a necessidade de abandonar a prática da agricultura para investirem na criação de gado deveu-se ao fato de que a alta produtividade não durou muito.

A definição de produtividade, que é a produção por área plantada, é explicada por Eliseu Alves (2014, p. 3),

Indica como está a saúde da terra. Se cresce sustentadamente, a saúde da terra vai bem. Caso contrário, a saúde vai mal, ou seja, a fertilidade construída ou a natural está num processo de degaste que tornará improdutiva a terra.

Como asseguram os entrevistados, a saúde natural da terra era excelente em toda a microrregião do vale do Jauru, e a alta produtividade da terra é atestada por autores como Andrea Heinst e Antônio Eustáquio de Moura em suas dissertações de mestrado.

Devido à falta de máquinas agrícolas na região de Salto do Céu, desde a preparação da terra até a colheita, o processo era manual, com arado, plantadeira e enxada. O trabalho era intenso e extenuante. Trabalhava-se o dia inteiro, de “sol a sol”. Desde a limpeza do terreno, até o produto estar ensacado para a venda, a labuta era pesada. A cada nova estação, era outra roça para arar, plantar, capinar a plantação, enfim um trabalho constante e penoso. O ritmo da vida se guiava em grande parte pelo tempo da natureza. Não percebi nas entrevistas, a expressão de queixa com a dureza do trabalho, nem sentimento de fracasso ou de desilusão, no sentido de excesso de labor e falta de tempo, reclamações tão comuns na atualidade. “Seria trabalho perdido procurar alguma palavra de revolta nessas memórias de sacrifício e exploração” (BOSI, 1987, p.472).

¹⁴Dorico Santiago. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

¹⁵ Alqueire é uma medida de área de terra, mas em Mato Grosso varia de extensão dependendo do lugar de origem dos migrantes, mas em geral a medida mais comum é 1 alqueire = 2,43 hectares.

¹⁶Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

A fama de alta produção agrícola em Salto do Céu corria por outros estados e outras cidades de Mato Grosso. Os relatos a respeito da abundância atraíram muita gente para o lugar.

Dona Andiária recordou que vinha gente de Rondonópolis-MT, Pedra Preta-MT, e o Sr. Dorico completa: “aqui tinha muita gente, muitos né, habitantes, (...) foi chegando a pé e de carro (...) tinha época de chegar pra nós, seis paus-de-arara por semana”¹⁷. Esses fluxos de pessoas eram atraídos pelas propagandas realizadas sobre o Mato Grosso e suas possibilidades de posse de terras e trabalho.

Francisco Barbosa Leite descreve o Pau-de-arara¹⁸ da seguinte maneira:

Resulta ele de uma carroceria de caminhão abrigada do sol por uma coberta de lona, o encerado. As pessoas viajam sentadas em pranchas colocadas transversalmente, enquanto no sentido longitudinal, nos lados e no centro, agarram-se nas madeiras que servem de suporte à improvisada capota. Daí provém o adjetivo da incômoda condução, que lembra um poleiro onde as criaturas humanas desenvolvem prodígios de equilíbrio para manterem-se apoiadas (LEITE, 1966, p. 11)

A Figura 7 apresenta um caminhão Pau-de-arara, um dos mais importantes meios de transporte na década de 1960, para o deslocamento dos migrantes de seus locais de origem para a Colônia Rio Branco e, conseqüente, Salto do Céu. Chegavam famílias grandes, mas, com poucos bens em suas mudanças.

¹⁷Dorico Santiago. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 25/07/2006.

¹⁸ Comumente um caminhão transportava mais de uma família migrante. As famílias eram numerosas, normalmente compostas pelos pais, filhos, noras, genros e netos.

Figura7: Famílias de Governador Valadares em Salto do Céu-MT, em caminhão Pau-de-arara –1968



Fonte: Municípios de Mato Grosso: Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br>>.

Entre os colonos que chegavam havia os que não tinham condições de adquirir terras e também não conseguiam ganhar lotes; deste modo, grande parte dos migrantes se tornaram arrendatários, como disse o senhor Noroel na entrevista: “acontecia que o excesso de gente, (...) veja bem, através dessas terras sê muito fértil, às vezes um sítio abrigava duas ou três famílias, fora o dono. O dono arrendava aquelas terras”¹⁹.

“O sertanejo é antes de tudo um forte” Parafraçando Euclides da Cunha (1902), o migrante, seja ele sertanejo ou não, é forte. Ele arrisca, procura, muda de lugar. Lança-se ao incerto e desconhecido. Ele pensa nas possibilidades dos reveses da vida, mas acredita na força do trabalho, como meio transformador da natureza e a possibilidade de vida melhor.

Como a produção era alta, um sitiante tinha condições de abrigar outras famílias em suas terras, mesmo possuindo somente dez alqueires de área, por exemplo. Isto é, ele teria aproximadamente 24,3 hectares ao todo. O arrendamento também era uma estratégia para não

¹⁹Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

pagar pelo trabalho de derrubadas para a abertura de áreas que depois seriam utilizadas como lavouras ou pastagens.

O sistema de arrendamento funcionava como uma parceria ou uma cooperação de mão dupla. O trabalhador e sua família negociava o arrendamento de uma área de mata de algum proprietário de lote para fazer sua roça, em troca de uma parte da produção que retirava da nova lavoura. Este sistema também foi muito usado pelos fazendeiros em seus latifúndios. Outra forma de cooperação era a prática do mutirão, caracterizado como ajuda mútua,

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho (CANDIDO, 2010).

Uma contrariedade para os agricultores, nessa época, apontada nos relatos, era vender a produção. Além do preço baixo, devido à abundante produção, havia a dificuldade de tirar o produto de suas terras, já que não havia estradas, nem transporte motorizado. “Era essa a dificuldade. Enchia um carro de boi, carro de boi, puxava”, dizia o senhor Laurides²⁰. Na entrevista ele destacou que, apesar das dificuldades, não faltava o básico para o sustento da família.

O Brasil sempre foi predominantemente um país monocultor, desde a colonização portuguesa, com a cana-de-açúcar, a produção de café no período Imperial e Primeira República, depois a exploração da borracha. Com o declínio desses produtos, os consecutivos governos precisavam de outras opções.

A CASEMAT (Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso), criada em 1963, pelo governador Fernando Correa da Costa, tinha um grande armazém em Salto do Céu. Servia para armazenar os grãos e deveria apoiar os produtores.

A CASEMAT foi extinta pelo Decreto Nº 2.123, de 20 de fevereiro de 1998, no governo de Dante de Oliveira. Há muito tempo este silo em Salto do Céu já não funcionava, por falta de produtos. Mas suas altas estruturas de zinco pintado de branco, permanecem no local e atualmente pertence à uma associação de produtores rurais.

Entre 1960 e 1980, houve mudanças, porém, muitas práticas permanecem e outras novas são introduzidas. O pequeno sitiante da região, que antes era agricultor, hoje produz leite. Ele vende o litro a centavos para os laticínios, que “beneficiam” o leite e revendem a um preço três ou quatro vezes maior.

²⁰ Laurides Lopes. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 24/07/2006.

Não se encontra mais lavoura de arroz na região. Alguns sitiantes ainda plantam uma pequena área de feijão ou milho, somente para o seu consumo. Não é viável continuar plantando para o mercado, pois é dispendioso, trabalhoso e sem garantia de renda para o produtor. Isso explica-se pela produção mecanizada, a partir de 1970, quando os governos militares deram amplo apoio à produção em outras regiões do estado para o mercado externo.

A produção de grãos no Brasil, e em Mato Grosso, tornou-se um negócio dos proprietários de latifúndios ou empresas rurais. A palavra Agronegócio aparece cotidianamente nos discursos de empresários e políticos e nas notícias da mídia. São empresas capitalistas altamente tecnológicas produzindo o que é lucrativo no mercado externo.

O senhor Gerônimo Francisco de Souza, sitiante aposentado, meu avô, que chegou nesta cidade no ano de 1968, com uma família de dez filhos, destacou: “a saúde, quando adoecia, muitas e muitas vezes (...) morria (...) era aquela dificuldade maior do mundo”²¹.

Ainda conforme depoimentos, as mortes eram frequentes, pois como não havia estradas, as pessoas enfermas eram retiradas do local em redes, como afirmou dona Andiária: “quando uma pessoa adoecia pra tirar ela pra fora tinha que tirar de rede (...) até chegar em certo ponto pro carro pegar, né (...) muitas pessoas morreram”²².

Por volta do ano de 1972 até 1973, abriu-se a estrada para Rio Branco, já que antes o trajeto era feito pelas picadas no meio da mata.

Com a estrada viriam outros benefícios representados como progresso. A estrada era um sinal de que a situação estava melhorando.

A estrada, no discurso, desempenha o papel de trazer a civilização, o transporte, o poder de vir e ir, a garantia de comercialização da produção do proprietário da terra e conseqüentemente da produção do Estado. Portanto, as estradas estavam relacionadas tanto a economia como a integração deste Estado a todos os cantos do Brasil, instaurando um mercado de terras mais valorizado. Destacava-se não apenas o conjunto das estradas, que tornava o Estado parte integrante do restante do país, mas também, nos discursos governamentais, aparece a preocupação do Estado em promover a ocupação de suas terras (HEINST, 2003, p. 28).

A abertura de estradas fica sempre associada ao crescimento dos povoados. A educação escolar é outro destes signos da modernidade. Ouvindo as histórias sobre as primeiras escolas, o senhor Laurides relatou que a primeira professora, Olegair Ilda Tramarím, fazia um trabalho voluntário. Ela dava aula para as crianças na igreja Católica, construída com adobe e chão de terra socada.

²¹ Gerônimo Francisco. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 28/07/2007.

²² Andiária Conceição. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

Quando o número de alunos aumentou, foi construída no ano de 1973, a primeira escola, conforme a Figura 8, que possuía 4 salas e era de madeira. Essa escola foi construída na gestão do prefeito do município Cáceres, na época o Doutor Luiz Marques Ambrósio. Nesse período, Salto do Céu era um dos distritos do município de Cáceres/MT.

Figura 8: Primeira escola de Salto do Céu, anos 1960



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT.

O senhor Laurides afirmou ainda que a professora voluntária Olegair Ilda Tramarim de Oliveira também era a diretora de um grupo de oito voluntárias que davam aulas, e não havia um local definido. Uma das salas funcionava na igreja Católica, as outras três funcionavam em diferentes locais fornecidos pelos moradores do local.

Uma das voluntárias disse: “Nós iniciamos assim (...), começamos assim só para ajudar a comunidade, não tinha quem pagava, não tinha (...) era voluntário, nós trabalhamos um ano aqui todas como voluntárias”²³ conta dona Albertina que trabalhou como professora voluntária nesse período.

Esse trabalho foi realizado na década de 1960. Dona Olegair foi quem fez o convite às demais professoras, e assim começou a história das escolas em Salto do Céu.

²³ Albertina Ferreira Sobral. Entrevista cedida à autora. Salto do Céu, 11/01/07.

Figura9: Segunda escola de Salto do Céu



Fonte: Uzias Bonfim, Salto do Céu década de 1970.

1.3. A Invasão Brava

Aconteceu em Salto do Céu, como em várias regiões de Mato Grosso e ainda acontece em nosso país, um conflito por disputa de terras que ficou conhecido como “Invasão Brava”. O conflito aconteceu por volta de 1978.

Este confronto causou várias mortes de posseiros e capangas ou pistoleiros. O evento ainda é lembrado e conhecido nos relatos orais como “Invasão Brava”. A continuidade do intenso fluxo da chegada de migrantes atraiu mais pretendentes às terras da gleba do que havia lotes disponíveis. Assim, nem todos os habitantes do lugar possuíam terra, apesar da propaganda desencadeada em todo Brasil a respeito do lugar.

A intensa propaganda de terras acabou atraindo um fluxo exagerado de migrantes, conforme relatou o Sr. Dorico: “então o povo se acharam apertado (...) então na época as

terras paradas (...) não tinha lavoura em cima, não tinha nada (...) eles começaram a invadir”²⁴. Esta situação desencadeou um confronto entre os fazendeiros e os posseiros.

Nos anos de 1970 houve inúmeros casos de trabalhadores sem-terra que ocuparam latifúndios improdutivos ou áreas de empresários com documentação duvidosa em todo o vale do Guaporé, em Vila Bela, Pontes e Lacerda, vale do Jauru e Cabaçal.

O Sr. Dorico relatou: “Pessoas que chegaram, não acharam terra, já estava escasso e entrou e foram marcando sítio lá”²⁵. Isto significa que o excesso de colonos que não foram atendidos pela colonizadora do estado, viram nas extensas áreas de terras apropriadas por empresários para instalar futuras fazendas, espaços que possibilitavam atender seus anseios e desejos por terra para suas famílias.

E assim, a situação fundiária em Salto do Céu, com várias famílias vivendo e produzindo em condição de posseiros, foi motivo para que os vereadores enviassem alguns documentos para o governador do estado e a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Os documentos fazem parte do acervo da Câmara Municipal de Salto do Céu.

Em 19 de novembro de 1984 os vereadores do município enviaram um ofício ao governador, Dr. Júlio José de Campus. No documento, os edis da cidade solicitam ao governador que intervenha no sentido de encontrar uma solução para “os problemas fundiários que vem maltratando a população ordeira e trabalhadora de nosso município”.

O documento sugere que a solução seja conforme ocorreu com as terras da Gleba Canaã no município de Rio Branco, quando o governo permutou uma área que era a causa de conflito na região. Moura (1994), no entanto, informou que a permuta não se efetivou porque a família Fidélis “dona” das terras não apresentou a documentação necessária.

Então, em 24 de Julho de 1985, um abaixo assinado foi enviado pela câmara de vereadores da cidade ao governador do estado, Júlio José de Campus. O documento pede a regularização da condição de posseiros de cerca de 500 famílias que estariam vivendo em áreas devolutas pelo sistema de posse.

As terras em questão neste conflito foram identificadas como pertencentes ao senhor Geraldo Carvalho. A corrida pela terra gerou grandes conflitos no meio rural mato-grossense, pois muitas pessoas compravam terras acreditando serem terras devolutas, mas na verdade já haviam sido vendidas para outras pessoas “dando ampla margem às especulações, à fraude e à violência” (CASTRO, 2002, p. 64).

²⁴Dorico Santiago. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 25/07/2006.

²⁵Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

Lembra o Sr. Noroel: “a gente ia na cidade, que não tinha nada a ver (...) chegava lá era investigado, muitas vezes a polícia estava investigando, muitas vezes você era parado até por pessoas estranhas querendo saber quem você era”²⁶. A pressão exercida pela polícia do estado e por pistoleiros contratados por fazendeiros sobre os trabalhadores que ocupavam terras neste período era comum e, às vezes, chegava ao uso da violência física ferindo e/ou matando.

Os entrevistados lembram que o cotidiano na cidade era tenso. Relatam que algumas pessoas falavam em ir embora. Contaram que quando anoitecia as pessoas evitavam sair às ruas e eram avisadas pelos próprios posseiros que não passassem em determinados lugares à noite porque estavam de “tocaia”. Isto mostra outro aspecto comum na luta pela terra em MT naquele período: os dois lados andavam armados, por isso, morria gente dos dois grupos em confrontação.

O Sr. Laurides e sua esposa Andiária, tiveram que prestar depoimentos à polícia de Cáceres, por um assassinato que aconteceu na propriedade dos mesmos: “foi de amargá aquela, aquela invasão foi muito prejudicial (...) quando foi na base de 1979, estava esse blá, blá, blá, pra lá ainda”²⁷, lembra ele.

Por fim, com a intervenção de políticos, como os Deputados Márcio Lacerda e Gilson de Barros, que faziam reuniões com os representantes da colonizadora Camargo Corrêa e os posseiros, a questão chegou ao final. Conforme relatos de meu pai, Noroel Ribeiro, depois da questão resolvida com a empresa Camargo Corrêa surgiram divergências entre os posseiros, “ficou posseiro perseguindo posseiro”²⁸ a situação chegou ao ponto da insustentabilidade e os posseiros venderam a área e, hoje, o local é uma fazenda, ironicamente, denominada de Harmonia.

Pesquisando Atas, requerimentos e solicitações dos vereadores dos anos de 1984 a 1988, localizei uma referência do vereador Adael Fernandes da Silva. Na indicação de 04 de abril de 1988, o parlamentar indica um projeto de lei para amenizar o problema das pessoas que não possuem terras. Ele faz referência à “invasão brava”, lembrando que, apesar de todo conflito e violência, as terras voltaram a pertencer a apenas um fazendeiro.

²⁶Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

²⁷Laurides Lopes. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 24/07/2006.

²⁸Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

CAPITULO II

A EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

Neste capítulo abordamos uma parte da história política do município de Salto do Céu com o objetivo de pensar as ações que culminaram na emancipação do local. Analisamos o processo de emancipação do Distrito que formou o novo município de Salto do Céu, em seguida apresentamos alguns dos protagonistas da política partidária municipal e, por fim, interpretamos os conteúdos de alguns slogans de campanhas eleitorais dos candidatos a prefeito e vereadores a partir do ano de 1996²⁹, além de estudarmos algumas tendências políticas do eleitorado do município articuladas com as conjunturas estadual e nacional.

Para subsidiar a narrativa, usamos como base teórica algumas das interpretações de Rene Remond (2003) na coletânea “Por Uma História Política” na qual o autor expõe o auge e o declínio da história política tradicional. Explica que o declínio tem, como uma das principais causas, a falência da crença que a vontade de um indivíduo conduziria os acontecimentos na política,

Por desconhecer as forças profundas e as causas ocultas, e ignorar as necessidades e os mecanismos, ela imaginava que as vontades pessoais dirigem o curso das coisas, e às vezes levava mesmo a cegueira até ao ponto de acreditar que as ideias conduzem o mundo. Quando as ideias nunca são mais que a expressão dos interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos (REMOND, 2003, p. 18).

A maioria dos entrevistados reconheceu que foram as ações de alguns dos moradores do local que culminaram na emancipação. Não existe o entendimento que eles estavam incluídos em ações políticas que passavam pela administração estadual como a necessidade de aumentar o número de municípios devido a divisão do estado.

Dividido o território em dois estados, em 1977, Mato Grosso ficou com reduzido número de municípios e precisava retomar a sua participação na repartição dos recursos federais para os estados e municípios.

²⁹ Os dados a que tivemos acesso no TRE-MT iniciam neste ano e não obtivemos os dados de anos anteriores.

A divisão deixara Mato Grosso em desvantagem política e econômica. Percebe-se que as emancipações de distritos compunham uma estratégia política do Estado que, criando novos municípios, visava aumentar a participação de Mato Grosso na partilha dos recursos federais com o objetivo de receber mais recursos financeiros do governo federal.

Elizabeth Siqueira (2002) mostrou que Mato Grosso permanecera com número reduzido de apenas 38 municípios:

No ano de 1977 houve a sua divisão e criação do estado de Mato Grosso do Sul, passando a contar com apenas 38 municípios, sendo eles: Acorizal, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Paraguai, Araguainha, Arenópolis, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Diamantino, Dom Aquino, General Carneiro, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Luciara, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Pedra Preta, Ponte Branca, Porto dos Gaúchos, Poxoréo, Poconé, Rondonópolis, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, Tangará da Serra, Tesouro, Torixoréu, Várzea Grande e Vila Bela da Santíssima Trindade (SIQUEIRA, 2002, p. 209).

Era necessário desenvolver um esforço político para elevar os índices populacionais e aumentar o número de municípios no estado.

2.1. O processo de emancipação do Distrito de Salto do Céu

A colonização de Salto do Céu foi um projeto da Colônia Rio Branco iniciado, oficialmente, pelo Estado de Mato Grosso em 1963 e fazia parte de uma política de âmbito nacional, que visava povoar espaços com menor densidade populacional, em geral, representados como “vazios”.

Como explicar que Salto do Céu se tornou município em tão curto espaço de tempo de 1963-79? Quais foram os fatores determinantes ou os discursos que justificavam essa ação como necessidade?

A emancipação política de Salto do Céu foi o resultado do projeto de Lei Nº 4.152, em que consta a autoria atribuída ao Deputado Estadual, Oscar Ribeiro Costa, que era presidente da Assembleia Legislativa. O processo contém 91 páginas com ofícios, requerimentos, lista de assinaturas do plebiscito, cópias de páginas do Diário Oficial, descrições da produção econômica, quantidade de residências e casas comerciais, mapa e memorial descritivo dos limites, entre outras informações sobre o distrito.

A documentação do processo de emancipação, encaminhado e tramitado, foi encontrada nos arquivos da Assembleia Legislativa e foi um processo gradual, seguindo as normas da burocracia para os trâmites legais. Assim, requerida a emancipação montou-se o processo para que tramitasse na Assembleia Legislativa do Estado. No texto transcrito da primeira página do processo elaborado pelos representantes do distrito que foi protocolado na Assembleia Legislativa, em 03 de maio de 1979, lê-se:

Ocupamos nesta oportunidade a tribuna para trazer a esta Casa os anseios do **altivo, ordeiro e trabalhador povo** do Salto do Céu. Criada em 1963 pelo então governador, Dr. Fernando Corrêa da Costa, a Colônia Rio Branco prosperou e núcleos urbanos foram aparecendo uns após outros e, dada a fertilidade da terra e o espírito empreendedor do povo que para lá se dirigiu, um dos mais desenvolvidos desses núcleos, Salto do Céu pleiteia hoje a sua emancipação política. Região de alta produtividade agrícola, baseada em pequenas propriedades, é Salto do Céu um verdadeiro celeiro de arroz do Estado, estima-se em 300.000 sacas a safra que se aproxima.³⁰(grifo nosso)

Apesar de o documento afirmar que a criação do novo município era anseio, desejo do povo de Salto do Céu, representado como **altivo, ordeiro e trabalhador**, bem ao gosto do discurso dos militares que ainda governavam o país, e atendia a determinados setores do governo estadual, e de políticos, que ali recebiam parte de seus votos, como foi o caso do Deputado Aldo Borges, o mais votado, e do mesmo partido do Governador (Arena) interventor Frederico Campos.

O decreto Legislativo nº 2.635, de 17 de outubro de 1979, determinou a realização de consulta plebiscitária para a criação de novos municípios em 17 Distritos de Mato Grosso:

Decreto Legislativo nº 2.635, de 17 de outubro de 1979. Determina a realização da consulta plebiscitária relativa à criação de novos Municípios no Estado de Mato Grosso. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o disposto no artigo 3º da Lei Complementar nº1 de 9 de novembro de 1967, decreta: Artigo 1º Fica determinada a realização do plebiscito destinado a consultar as populações interessadas, relativamente à criação de novas unidades municipais no Estado de Mato Grosso. Deputado OSCAR DA COSTA RIBEIRO – Presidente. (Processo nº 190, folha 06).

A consulta plebiscitária foi realizada pela justiça eleitoral que registrou os “eleitores de Salto do Céu” e coordenou a votação no plebiscito. Na documentação reunida no processo arquivado na Assembleia Legislativa encontram-se apenas 197 assinaturas, porém não registra

³⁰ Requerimento nº190/79, protocolado em 03/05/1979 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

o número de eleitores que votaram a favor ou contra a criação do município neste plebiscito. Segundo a justiça eleitoral, as abstenções foram de 32%.

Considerando a afirmação inicial do documento, que o distrito teria uma população de 20.000 habitantes, dos quais apenas 5.800 eram eleitores é questionável que o número de pessoas que assinaram a lista da votação do plebiscito fosse tão reduzido. Nos dados do IBGE consta que haveria 3.190 eleitores no município e apenas 10.000 habitantes em contagem rápida realizada pelo órgão em 1979. Existem também contradições quanto ao número de residências que nos documentos do processo emancipatório variam entre 700 e 500 casas, enquanto que o IBGE contou apenas 200 residências.

Porém, a respeito das causas da emancipação do distrito naquele ano, o senhor José Silva, morador de Salto do Céu, agricultor, aposentado, declarou: “o povo queria. Queria porque não tinha um representante aqui, né. Os representantes aqui tudo era de Cáceres. O povo queria, ter o representante daqui mesmo, né”³¹.

Esta afirmação indica à elaboração de um pertencimento próprio que demarca os indivíduos comuns na história do lugar e, por isso, as alianças. O que havia eram as disputas de grupos políticos que “adotavam” esses interesses como seus e as escolhas dos representantes com mandatos são tomadas por interesses nem sempre tão declarados o quanto deveriam ser.

Anexado ao processo nº 190/79 que trata da emancipação do município, tramitado na Assembleia Legislativa, está uma cópia do Diário Oficial de 17 de dezembro de 1979, em que na página 02 consta:

Rio Branco e Salto do Céu, situados na região de Cáceres, tiveram ontem, sancionadas as Leis que os transformaram em município, pelo Governador Frederico Campus, no Palácio do Paiaguás, com a participação dos deputados Oscar Ribeiro, Presidente da Assembleia Legislativa; Aldo Borges, ***mais votado da região***, que em breve fala agradeceu ao Governador e colegas do partido Arena, pelos esforços dispendidos para que as duas comunidades alcançassem o grande sonho da emancipação³².(grifado por nós)

A expressão, “mais votado da região”, denota as razões do apoio político à proposta emancipatória. Certamente o fato da criação do município depois foi lembrado como feito pessoal desses políticos.

³¹ José de Souza e Silva. Entrevista concedida a autora. Salto do Céu-MT, 07/02/2018.

³² Processo Legislativo. Lei nº 4.152 de 17 de dezembro de 1979.

2.2. O ideário político

Desde a emancipação, os eleitores de Salto do Céu votaram em 08 eleições municipais. No site do TRE encontramos dados dos pleitos eleitorais somente a partir do ano de 1996. Uma das características do comportamento dos eleitores locais, durante as campanhas, é a defesa das convicções sobre o melhor candidato.

Salto do Céu é uma cidade onde as questões políticas parecem estar muito próximas das questões pessoais. Na percepção do senhor Gerônimo Francisco de Souza, agricultor aposentado,

O pior da política daqui (campanha eleitoral) é uma política que nunca acaba, vence a política, quem ganhou, ganhou! E quem é adversário fica sendo adversário (...) a política aqui é uma intriga (...) quando entra a política, entra a intriga do povo.³³

Ganhar ou perder eleições torna-se uma questão de honra para os candidatos. As pessoas fazem apostas, mudam-se da cidade, tornam-se inimigas.

A ideia de que o candidato eleito poderá resolver todas as pendências sociais leva a um pensamento de que tudo na política passa pela boa vontade do administrador, como explica Remond,

Talvez até ocorra que esse interesse pela política às vezes passe da medida e não esteja livre de algum excesso. Algumas pessoas passaram alegremente da constatação de que o político está em toda parte à ideia de que tudo é político. Torna então a política responsável por tudo o que deixa a desejar numa sociedade e a utopia leva a crer que é também a política que detém a solução de todos os problemas, inclusive os das vidas pessoais: bastaria modificar o regime para que as dificuldades se resolvessem (RÉMOND, 2003, p.25).

Esta visão da política, muitas vezes, retira responsabilidades dos cidadãos que se omitem e não participam dos processos de construção de políticas públicas municipais. Muitos opinam que tudo está errado e nada do que é público funciona.

Remond (2003) afirma que “o político” como dimensão da realidade não existe por si mesmo. Ele compõe uma máquina com variadas engrenagens: os partidos, os aliados, as empresas, os eleitores, os deputados, os governadores, o executivo, o judiciário, o legislativo.

As pessoas na sociedade pensam e agem de formas distintas entre si. Elas estão divididas por interesses, condições econômicas, sociais e culturais e a política é o instrumento

³³ Gerônimo Francisco. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 28/07/2007.

de gestão das múltiplas possibilidades de conceber a realidade resultante das divisões na *polis* ou cidade, como o lugar da convivência social humana.

Pensar que a política divide as pessoas é um equívoco, quando ela é a arte de administrar os conflitos existentes nas sociedades globais e grupos locais. A concepção da política partidária, sim, é a expressão dos interesses e ideias de partes da sociedade que cada partido representa, propõe e disputa junto aos eleitores como o melhor projeto para a cidade e o município.

2.3. Paradoxo: criado o município a população migra

Um aspecto relevante, e paradoxal, na história de Salto do Céu é que quando se tornou município de Cáceres, a cidade, e o seu meio rural, começou a perder habitantes. Segundo dados do IBGE (1991), na década de 1980, o município contava com 11.268 habitantes; em 1991,

com 7.403; em 1996, eram 5.669; no ano de 2000 havia somente 4.675 moradores. Em 2005, o município teria 3.079 e em 2006, esse número foi de 2.775.

Entre os fatores que contribuíram para esse esvaziamento, o senhor Noroel Ribeiro citou a colonização de outros estados, como Rondônia, Acre e Pará: “Eles ouviu falar que em Rondônia estava colonizando terra, né, dando terra, no estado do Pará, Acre, e foram saindo, foi indo embora”³⁴.

Muitos dos que foram tentar a vida em outros estados, eram tanto arrendatários quanto donos de terras.

Essa busca sem fim, do lugar certo para se estabelecerem era a experiência de um caminho doloroso e sofrido. Mas qual outra opção tinha o trabalhador que não possuía terras além dessas constantes mudanças em busca de uma vida melhor? Chegavam, trabalhavam e quando percebiam que o sonho da terra não se realizaria no lugar, partiam para outra tentativa: “todos à procura (...) de uma longínqua e bem-aventurada terra, (...) para trazer a redenção aos desvalidos e oprimidos” (NETO, 1986 p.12). Eram tão extensas as terras que a sua também deveria existir e procurando sem cessar encontrariam o seu lugar.

Sueli de Castro (2002) ressalta que os colonos de Dourados foram desbravar Rondonópolis, de lá, parte seguiu para as glebas na região de Cáceres, e dessa região muitos seguiram para o estado de Rondônia. Esse aspecto é citado por dona Andiária: “Vinha gente

³⁴Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 05/07/2006.

de fora, Pedra Preta, Rondonópolis, pra cá (...) sem lugar de ficar, os barraco tinha até de paia de arroz”³⁵.

Destacamos que a colonização desses estados (Rondônia e Acre), nas décadas de 1970 e 1980, atraía tanto os arrendatários quanto os donos das terras, porque quem ia primeiro mandava notícias da terra, que era boa.

Os sitiantes que emigravam de Salto do Céu dificilmente vendiam seus lotes para pessoas de fora. Em geral negociavam com seus vizinhos ou pessoas que residiam no município. A terra havia se valorizado com as benfeitorias e a infraestrutura e vendendo-a, nesses novos estados, poderiam adquirir maiores quantidades. O senhor Laurides e o senhor Noroel declaram em suas entrevistas, que dez alqueires de terras vendidos em Salto do Céu, comprariam quarenta e dois em Rondônia.

O senhor Noroel, destaca em sua entrevista, o enfraquecimento do solo como a principal causa da migração. A terra que antes produzia centenas de sacas por alqueire plantado, depois de duas décadas, já não atingia essa produtividade nas safras.

Contudo, esse fato não foi exclusivo de Salto do Céu. Neto (1986, p. 23) destaca que os colonos que venderam suas pequenas propriedades e saíram do Paraná para colonizar as terras de Alta Floresta, no Norte de Mato Grosso “recomeçariam novamente. Venderiam os poucos alqueires de terra que possuíam, enfrentariam a derrubada da mata e plantariam na terra em que tudo dá”.

Muitas pessoas partiram do Paraná para comprar terras nas colônias do Norte de Mato Grosso, assim como muitas seguiram de Salto do Céu para essas novas regiões em processo de colonização pública ou privada. Verifica-se que não foram poucos os que deixaram Salto do Céu em busca do sonho de possuírem um “pedaço de chão” na Amazônia. Seguiram para lá mesmo sabendo que enfrentariam novamente os perigos da mata, as doenças como a malária, o isolamento e a falta de assistência médica.

Nas análises de Neto (1986, p. 38) “miséria, sonho e fé fazem parte da mesma substância causadora da partida”. As pessoas que não tinham dinheiro para comprar terras iam na fé que as ganhariam trabalhando para os outros e as que podiam comprar sonhavam em possuir mais terras.

Em consequência do forte movimento de deslocamento de colonos “A população caiu muito em Salto do Céu apesar das coisas terem melhorado”³⁶ diz o senhor Noroel. A

³⁵Andiária Conceição. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

³⁶Noroel Ribeiro. Entrevista concedida à autora. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

abertura de novas frentes de colonização foi um fator que provocou a queda populacional, exatamente quando Salto do Céu começou a ganhar *status* de cidade.

Na revista Portal (2006) afirma:

Para explorar a riqueza natural existente de forma correta - assegurando a sua preservação e gerando emprego e renda - Salto do Céu, juntamente com nove municípios que formam o consórcio Águas do Vale do Cabaçal, busca a organização estratégica, a elaboração de projetos e a captação de recursos.

Salto do Céu hoje é uma cidade bem cuidada, mesmo que pequena e sem muitas opções para se trabalhar e prosseguir os estudos, é agradável para se viver.

Os antigos moradores que entrevistei, orgulham-se da cidade atualmente. Eles que viveram o pavor do isolamento, da falta de estradas, da ausência de atendimento médico, não escondem a satisfação em contar com um atendimento médico que segundo eles é especial: “a saúde aqui é especial”, atesta o senhor Laurides.

Ele, inclusive, reclama de pessoas que vão embora de Salto do Céu para outras regiões, como Comodoro e Colniza, mas, em casos de doenças, vem procurar assistência no município: “mas se Salto não presta, o quê eles vem procurar aqui?” Ele diz que, inclusive, para realizarem partos, pessoas que já moraram na cidade, procuram esse atendimento.

Perguntando ao senhor Gerônimo se gosta de viver na cidade, ele respondeu: “Eu não tenho vontade de sair para ir morar em outro lugar. Vou acabar minha vida aqui”³⁷.

Salto do Céu passou, com o tempo, de um pequeno povoado para ser uma cidade organizada. No passado já teve um número bem mais elevado de habitantes, mas experimentou uma drástica redução demográfica, causada pela crise da agricultura e aparecimento de alternativas com a abertura de novas fronteiras em outras regiões do Brasil e do próprio estado.

Hoje, os antigos moradores sonham com a volta do crescimento da cidade. Segundo a Senhora Andiária, “aqui tem muita fazenda, muito gado”³⁸ o que falta é a construção de uma indústria, como por exemplo, um frigorífico. Os entrevistados acreditam que empresas contribuiriam para o crescimento do número de habitantes do município, por se constituírem como possibilidades de geração de empregos fixos.

Ela e seu esposo Laurides reclamam que toda a produção da pecuária que sai do município gera empregos em municípios como Araputanga e Reserva do Cabaçal, por exemplo.

³⁷ Gerônimo Francisco. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 28/07/2007.

³⁸ Andiária Conceição. Entrevista concedida à autor. Salto do Céu, 11/01/2007.

A justificativa utilizada pelos membros da comissão para a emancipação do distrito do Salto do Céu, após instalado o município e funcionando os organismos do executivo e legislativo, não consolidou a expectativa das maiorias. Prometia-se maior desenvolvimento econômico e se esperaria crescimento demográfico, pois as políticas públicas locais poderiam consolidar um projeto que incluísse os sítiantes e as famílias de camponeses assentados na Colônia, que eram a maioria da população.

Porém, a partir da década de 1980, começou um forte movimento de êxodo do campo. Ocorreu um esvaziamento populacional, no meio rural e urbano, como indicam os censos do IBGE sistematizados na Tabela 1 e os cadastros da justiça eleitoral.

Tabela 1: Evolução da População do município de Salto do Céu-MT

	ANO				
	1980	1991	2000	2010	2017
População	11.268	7.403	4.675	3.908	3.347
Porcentagem	100%	65,70%	41,50%	34,68%	29,70%
Decréscimo	- 00	- 34,30%	- 58,50%	-65,32%	-70,30%

Fonte: Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/salto-do-ceu/panorama>>.

Num período de 37 anos, após a constituição do município, Salto do Céu teve uma perda de mais de 2/3 (dois terços) da sua população total de 1980-2017. Este drástico decréscimo demográfico não pode ser explicado apenas por um ou outro fator, mas deve ser entendido como a confluência de um conjunto complexo de causas que produziram estes resultados. Alguns deles foram anotados pelos entrevistados.

CAPITULO III

ENSINAR HISTORIOGRAFIA PARA COMPREENDER HISTÓRIA

O presente capítulo apresenta algumas discussões sobre o ensino da História local. Queremos contribuir com o ensino da “História da Fundação, Povoamento e Emancipação do Município de Salto do Céu-MT (1960-2017)”, nas escolas públicas municipais. Desenvolvemos a pesquisa histórica do tema escrevendo os capítulos da monografia de conclusão da graduação em história e na dissertação de mestrado, quando, então, os ampliamos nos dois primeiros capítulos para estruturar uma proposta didática de ensino desta temática no ensino fundamental e médio.

Este terceiro capítulo contém algumas reflexões teóricas sobre o ensino de História. Questionamos: Como o adolescente, ou o jovem, aprende e compreende a História, que não é apenas a narrativa registrada no livro didático? A história que ensinamos é apenas uma narrativa possível, entre tantas outras, da historiografia apresentada didaticamente nos manuais. Por isso, o professor de História precisa inventar, e reinventar, continuamente suas práticas pedagógicas.

Hoje, ensinar História é um desafio. Talvez nunca tenha sido tarefa fácil. A crítica é de que o ensino de História foi inadequado porque se baseava apenas em relatos cronologicamente encadeados de fatos memoráveis, realizados por personagens considerados importantes e/ou heroicos, de modo que, localmente a pessoa comum, no cotidiano, não se percebia como parte da história porque não entendia que ali havia história.

Por isso, a questão como ensinar História continua pertinente. Continua importante saber como o adolescente, ou o jovem, aprende e compreende a História, para além do livro didático.

3.1. Problemas do ensino de História

Nos nove anos que ensino História, muitas vezes reproduzi conhecimentos usando exclusivamente o livro didático como suporte da docência. Repeti questionários e aulas expositivas que junto com o manual didático sempre foram o tripé que sustentou meus planejamentos. Saindo da rotina, às vezes, usava um filme, analisava uma música ou ilustrava o conteúdo com desenhos.

Porém, minha certeza sempre foi de insuficiência e inquietação. Como posso mudar e desenvolver um ensino que ajude o estudante a compreender a História do local em que vive? O que entender por História e o que ela estuda e ensina?

Bloch (2002) afirmava que os historiadores não estudam o passado pelo passado, mas analisam as experiências e trajetórias vividas pelos humanos através do tempo. Minha prática docente, no ensino fundamental, leva-me a pensar que para muitos estudantes a História é uma disciplina chata e enfadonha porque só estuda o passado. Mesmo aqueles que compreendem os conteúdos e gostam da disciplina, associam-na ao conhecimento do passado, sem nenhuma ligação com a realidade que vivemos.

A ideia que a História se ocupa do passado e apenas o reconta sempre da mesma forma é uma espécie de “mantra”. Sempre trabalho o conceito de História com os estudantes. Para as questões sobre qual é o campo de estudo da História, o vocábulo “passado”, sempre lidera as respostas em todas as turmas entre 6º e 9º anos com as quais trabalho.

Assim, o desafio do professor de história é elaborar, e executar, um planejamento que rompa com tal entendimento em crianças e adolescentes. Não vale culpar os alunos pelos resultados insuficientes. Eu estava convencida que executava minha função com qualidade, porque sempre procurei explicitar “bem” os conteúdos. Culpava os estudantes e, classificava os que não apresentavam boas notas como desinteressados ou com deficiências cognitivas. Não percebia que precisavam de espaço, como afirma Gil (2012, p. 115), para “formular perguntas, hipóteses, consultarem fontes e concluírem”. A autora entende que é preciso superar os questionários em que os estudantes apresentam as respostas copiadas do livro sem nenhuma inferência pessoal. Era exatamente assim que eu avaliava se os alunos haviam compreendido o conteúdo. Hoje percebo que apenas copiavam.

Nesse sentido, Gil (2012) aponta que

Na concepção que interessa adotar para o ensino de História, é preciso compreender que a escrita da História é feita com procedimentos teóricos e metodológicos que envolvem problematizações, fontes e narrativas. Portanto, a História se ensina do mesmo modo como se escreve, e os questionários, as cópias de textos e os exercícios de memorização, ainda tão presentes na escola, não se constituem em situações de aprendizagens significativas, nem instauram processos investigativos (GIL, 2012, p.26).

Pensar no ensino de história através da investigação não será um caminho sem frustrações. O profissional docente que elabora planejamentos diferenciados sempre precisa explicar suas ações, quer para a gestão escolar, a comunidade de pais/responsáveis e mesmo

aos estudantes, que, a princípio, podem não entender a proposta de produzir conhecimento ao invés de utilizar o manual didático.

Para Henri Moniot,

Uma agenda para as pesquisas deveria ser a incorporação dos alunos e dos professores como sujeitos da constituição da História como disciplina escolar e, a partir de estudos de casos e das particularidades do cotidiano escolar, seria possível identificar as contradições entre os interesses dos adultos e dos jovens para esse ensino. Situar como problema da pesquisa os interesses dos alunos em confronto com o dos professores, em uma perspectiva histórica, significa introduzir novas fontes, tais como memórias em seus variados suportes: das reminiscências literárias, aos livros didáticos e cadernos usados pelos alunos, as provas e avaliações, além da história oral. Significa, para os pesquisadores, estabelecer articulações entre a história, sociologia e as ciências da educação. Algumas dessas articulações encontram-se nas pesquisas que passaram a incluir os professores na configuração da história escolar, atuando como agentes de resistência das determinações oficiais ou como inovadores de métodos frente aos currículos prescritos (MONIOT: *Apud* BITTENCOURT, 2011, p. 93).

Um grande aprendizado foi entender que para se ensinar História é preciso ensinar os métodos de produção do conhecimento historiográfico. Isto se faz esclarecendo aos alunos que existem muitas teorias e métodos sobre como o conhecimento histórico pode ou deve ser produzido. Por isso devo mostrar que o livro didático é uma das muitas possibilidades de produção, mas, principalmente, da difusão do conhecimento histórico disponível entre os historiadores pesquisadores, ou seja, na historiografia.

Afirma Guimarães (2003, p.12) que, para muitos professores, “o livro didático parece estampar em suas páginas a verdade dos acontecimentos do passado (...) apresentados ao aluno como forma de produzir seu efeito de realidade”. Um dos papéis dos docentes é explicitar aos estudantes as variadas possibilidades sobre o que estão estudando em História.

O livro didático não deve ser menosprezado. Ele tem função e é importante. Para muitos estudantes esses serão os únicos tipos de livros com que terão contato durante a vida escolar, já que a prática da leitura não é comum, cotidiana e prazerosa para um significativo número deles.

Quando ingressei no Mestrado Profissional em História, no ano de 2016, conheci uma extensa historiografia sobre o ensino de História e minhas certezas ruíram. Comecei a ler e a compreender melhor algumas teorias da História e como elas influenciam na produção da narrativa histórica e no material didático. Nas aulas, percebi que boa vontade e responsabilidade em cumprir o planejamento anual são insuficientes para saber ensinar História.

3.2. A História disciplinar³⁹

O ensino de História, enquanto disciplina, no Brasil, pode ser considerado recente e passou por alterações nas últimas décadas. Avanços e recuos foram significativos, e refletiam os ideais dos grupos políticos que controlavam o poder. Na disciplina “História do Ensino de História”, estudamos vários aspectos destas políticas, para a disciplina de História. A educação é um poderoso instrumento de legitimação política, segundo as palavras de Fonseca (2003, p. 87):

A análise do movimento das representações (...) no universo escolar demonstra, ainda, como a educação é um poderoso instrumento de legitimação política, o que foi percebido com muita lucidez pelos grupos que assumiram o poder em 1930. As bases da formação cívica e nacionalista por eles lançadas deitaram raízes profundas, sobrevivendo ao regime que as criara e com certeza, ainda produzem efeitos nos dias atuais.

O que pretendo salientar é a sensível percepção dos governos da importância da História para a formação política da nação. Um exemplo claro foi quando a disciplina se transformou em Estudos Sociais, no ano de 1971, durante o Regime Militar. A alteração objetivava usar o ensino como meio para formar cidadãos obedientes.

Quando houve, a fundação, em 1838 do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) significou uma tentativa de se estabelecer uma história nação. “A proposta não era simples e esbarrava na indefinição da identidade da história e do historiador” (CEZAR, 2004, p.12). Tal indefinição não foi superada, principalmente, se considerarmos que o Ensino de História no Brasil, ainda, permanece indefinido nos programas elaborados pelos governos.

O ensino de História atual deve estar pautado pelos padrões da Base Nacional Curricular Comum e com os objetivos de aprendizagem descritos como “caracterizar”, “conhecer”, “descrever”, “refletir”, que segundo Maria Auxiliadora Schimdt (2012), indicam apenas categorias de pensamentos e ações a serem desenvolvidas “e não formas de compreensão histórica” (2012, p.88). O aluno precisa aprender como se produz o conhecimento histórico, para que ele venha a compreender a importância da História enquanto disciplina.

Cezar (2004), em seu texto “Lição sobre a escrita da História: Historiografia e nação no Brasil de século XIX” demonstra os objetivos do IHGB e os caminhos percorridos para que o Brasil, como nação em processo de formação, organizasse a própria História, “A

³⁹ Fragmento do artigo: “Sufrágio Universal no Brasil: uma proposta de ensino”, autoria própria.

instituição tem a responsabilidade de organizar uma galeria ordenada dos homens ilustres” (CEZAR, 2004, p. 26).

Desde a criação do IHGB, transcorreram-se quase dois séculos, porém, a história nacional abordada nos livros didáticos, permanece focada nos aspectos políticos da nação, sendo assim, é perceptível que temas que abordem as questões relacionadas a cidadania tenham pouco ou nenhum espaço nessas produções.

Segundo Schimidt (2012) “pode-se afirmar que a construção como código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II que determinou a inserção da História como conteúdo no currículo” (SCHMIDT, 2012, p.78).

A autora explica as mudanças que a disciplina sofreu, de 1838 a 1984, destacando a sempre presente indefinição de como ensinar adequadamente a disciplina. “(...) o conhecimento a ser apreendido pelo aluno deve ter como base a própria racionalidade histórica, e os processos cognitivos devem ser os mesmos da própria epistemologia da ciência da história” (SCHMIDT, p. 87).

O ensino profícuo da disciplina passa pela compreensão do modo como a ciência história produz seu conhecimento e de que este não é imutável. “Deve-se menos ensinar quantidades e mais (refletir) ensinar a pensar historicamente” (NADAI, 1993, p.159).

Os estudantes precisam compreender quais são os objetivos da disciplina e porque defini-la apenas como “o passado” não é correto. Precisam compreender que a História estuda o ser humano em suas múltiplas dimensões como ideias, comportamentos, atitudes e ações, e que toda proposta de ensino segue uma orientação, mesmo que seja a subjetividade do educador.

Como realizar um bom trabalho docente sem conhecer o ser humano? Tinha que saber do desenvolvimento da afetividade, da cognição, da construção da identidade, o desenvolvimento sociocultural dos educandos. Como ensinar história sem conhecer teorias sobre os processos de aprendizagens?

Penso que todo professor/professora deveria adquirir conhecimentos de psicologia, não apenas na graduação, mas ao longo de sua prática. Aliás, todos nós educadores deveríamos, por lei, receber acompanhamento psicológico ao longo de nossa carreira. Assim, talvez veríamos mais ilhas e menos abrolhos em nossa navegação no agitado e, muitas vezes, revolto oceano do magistério escolar.

Nesta perspectiva o professor Cerezer (2007, p. 23) problematiza:

Nesse contexto histórico/cultural, a profissão docente enfrenta desafios que transformam o campo de atuação profissional numa arena de conflitos, incertezas, angústias, insatisfações e outros problemas de origens diversas. É nessa realidade conturbada que o professor terá que desenvolver sua prática pedagógica e o grande desafio que se apresenta é como lidar com tamanha diversidade de situações e problemas singulares para os quais não se tem resposta ou solução definida a priori.

O docente que deseja realmente executar um trabalho que venha produzir resultados positivos precisa buscar, por meios próprios, o conhecimento sobre esses aspectos que influenciam na aprendizagem e na convivência na sala de aula.

Para que o educador planeje ações eficazes de aprendizagem precisamos conhecer os processos cerebrais que atuam nesse sentido. Com o mestrado estou aprendendo que para ensinar HISTÓRIA, eu preciso mostrar como se produz o conhecimento histórico. Porque apresentar conteúdos não basta. Que uma nota zero não significa que o aluno não sabe nada assim como um dez também não representa que ele entendeu a relação entre o conteúdo, o modo como ele foi produzido e a realidade que o estudante vive.

O Programa de Mestrado ProfHistória é um espaço de formação continuada, e necessária aos docentes, com o fim de melhorar o ensino de história nas escolas do país. Ensinar História tem muitas peculiaridades. Quando os alunos, em Geografia ou Ciências, escutam as palavras ar, solo, sol, eles sabem a que tais vocábulos se referem. Quando eles ouvem em História, Paleolítico, Neolítico, a associação não é imediata. Eles precisam aprender o conceito e entender a que ele se refere.

O mestrado ProfHistória é um divisor na minha vida profissional e pessoal. Tenho tido a oportunidade de adquirir um tipo de conhecimento específico. Um conhecimento que questiona práticas que eu repito sem analisar as bases teóricas ou avaliar os resultados.

Este mestrado está focado nas práticas em sala de aula, de professores da disciplina de História. Temos espaço para expor nossas práticas cotidianas, refletir sobre elas e percebermos em que podemos melhorar. Esse espaço tem sido de muito valor para mim.

Assim, a formação dos profissionais da educação, requer que o mesmo possa construir uma competência autônoma pautada na responsabilidade e no compromisso social do papel do educador. Para tanto faz-se necessário que o profissional saiba avaliar criticamente sua própria ação docente e o contexto em que está inserido, e que saiba interagir cooperativamente, socializando conhecimentos e construindo novos saberes necessários à ação docente e à formação humana (CEREZER, 2007, p. 30).

Sentimo-nos, muitas vezes, sobrecarregados com funções e obrigações relacionadas ao exercício da profissão que não refletimos sobre nosso papel na sociedade que vai além da

sala de aula. Avaliar criticamente e socializar conhecimentos são práticas que produzem resultados quando existe comprometimento com um ensino de qualidade, recursos disponíveis, possibilidades de interação entre os pares. É preciso que os docentes realizem um trabalho de grupo, que saiamos da individualidade de nossas pré-ocupações.

Acredito que posso ser uma profissional mais competente, desde que me disponha a sair do comodismo e me aventurar em práticas que incluam o estudante no processo de elaboração, e execução, do planejamento das aulas, visando promover os conhecimentos historiográficos e explorando novas possibilidades de aprender e ensinar História.

Ainda não sei como ensinar História de forma mais significativa para a vida dos estudantes do ensino básico e médio. Há várias razões para esta limitação: no curso de licenciatura em história não fui formada para ser professora, pois na graduação estudei teorias e só tive contato real com o cotidiano escolar durante o estágio, no último semestre da graduação.

Hoje estou me apropriando gradualmente dos instrumentos teóricos e metodológicos para reinventar-me como professora de história. Este texto como relato da prática docente e de reflexão sobre os seus fundamentos teóricos representa o esforço que estamos desenvolvendo para abrir e ensaiar novos caminhos.

Munslow (2009) destacou que a história escrita é elaborada no tempo presente “na medida em que nós, historiadores, não somente ocupamos um lugar no aqui e agora, mas também sustentamos posições com base na visão que temos da relação entre o passado e suas pistas” (p. 9).

Na intenção de melhor explicar aos estudantes como o “ponto de vista” influencia na produção historiográfica, venho utilizando em minhas aulas, um exemplo muito simples: convido os aprendizes a observarem a sala de aula e a perceberem que do local que cada pessoa ocupa naquele espaço vai depender a visão que ela tem do ambiente.

Convido-os a observar para perceberem que quem ocupa os primeiros assentos, não tem o campo de visão dos que ocupam os últimos. Ocorre o mesmo com a visão da professora que está posicionada na sala de forma diferente dos demais.

O intuito deste exercício é que eles compreendam que as diferentes maneiras de produzir a escrita histórica passam pela maneira dos historiadores verem e interpretarem os fatos, mesmo que sejam contemporâneos deles e entre si.

Por esta razão não há “a história” como verdade única e indivisa. O que temos, como fruto do trabalho de pesquisa dos historiadores, são narrativas historiográficas que dependem dos seus autores, os historiadores. Por isso nunca conheceremos a História do lugar, do

município, do estado ou do país em sua totalidade, mas, podemos conhecer as produções escritas por diferentes historiadores utilizando fontes diversas, teorias distintas, metodologias de pesquisa variadas pelas quais chegaram a resultados ou interpretações outras.

O caso mais paradoxal e, que se questiona, é exatamente a conquista da emancipação política do município, justificada pela oportunidade de desenvolvimento e bem-estar para toda a população do distrito do Salto do Céu, e, quando as lideranças deste processo conquistaram esta vitória, não se preocuparam em assegurar a permanência da população que já havia no seu território e que a partir da década de 1980 gradualmente emigrou para outros lugares.

O exercício do poder político, no executivo e legislativo local, não lhes dava instrumentos para intervir nesse processo? Que políticas públicas propuseram? Como usaram o poder que lhes foi conferido pelos eleitores nas urnas para conter a tendência emigratória?

3.3. Material Didático

Nossa proposta de ensino da história local está pautada na ideia que o estudante, para compreender História, precisa, minimamente, conhecer como se produz o conhecimento histórico. Nesse sentido, o produto que elaboramos contem imagens, trechos de entrevistas e tabelas referentes ao processo de fundação do município que orientem as crianças e adolescentes sobre os procedimentos da escrita em História.

Os conceitos que serão trabalhados estão relacionados à temporalidade e espacialidade. Compreender o conceito de temporalidade é fundamental para que o estudante perceba que a História não é o tempo passado, e sim que o tempo egresso é a matéria de trabalho do historiador. Compreendendo as diferentes temporalidades que existem o estudante terá maior facilidade em assimilar qual é o objetivo da disciplina de história.

A cronologia não é desnecessária. Ela organiza e ordena o tempo em nossa sociedade. A matéria prima do historiador tem vínculos diretos com o tempo. Como toda pesquisa histórica está relacionada ao que já aconteceu, é muito comum a associação entre história e passado. É preciso esclarecer que o passado é único e imutável e a tarefa do historiador não é reproduzi-lo, mas tentar reconstruí-lo através de uma narrativa que leve em consideração o tempo, os espaços, os atores sociais, os acontecimentos produzidos por suas ações, ou práticas, e os significados atribuídos a eles nas interpretações.

Nossos aprendizes não precisam decorar datas e anos de acontecimentos, porém precisam perceber a organização temporal da realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, Bianca Zucchi (2012, p. 57) argumenta que “cabe ao professor esclarecer que a História é

mesmo feita de diferentes interpretações e pontos de vista com relação ao passado, mas sempre com base em documentos”.

Baseada, e fundamentada, na documentação levantada, organizada e utilizada durante a pesquisa e a escrita da dissertação, iremos elaborar um material pedagógico numa sequência didática de textos e imagens, assim como propostas de atividades de leitura e interpretação a serem desenvolvidas pelos estudantes, que é o produto final do trabalho.

Essa é nossa proposta do produto final desse trabalho. Um planejamento de aulas que poderá subsidiar o trabalho de docentes de história no município.

Para tanto, argumentamos com o propósito de conduzir a um entendimento que a história da fundação de Salto do Céu tem tanto valor quanto a narrativa dos livros didáticos sobre a chegada dos europeus à América.

O estudante precisa conceber uma ideia de humanidade do que é estudado. O homem que se tornou presidente, função altamente valorizada em nossa sociedade, possui a mesma estrutura biológica que o agricultor que realiza um trabalho que para a sociedade atual, não é digno de destaque. Eles são de meios diferentes, mas os “grandes homens” que tiveram seus nomes destacados nos livros didáticos não pertencem a uma espécie diferente.

A disciplina de História, que teve forte relação com essas concepções de ideia do sujeito superior, mesmo com os questionamentos e o aparecimento de correntes de pensamento que refutam tais conceitos de ensino, ainda emprega muitas práticas que carregam essa herança. São ideias que a história não é construída por pessoas do povo, mas, sim por pessoas com capacidade e características especiais.

Se concordarmos que a História, assim como as demais ciências não está ‘congelada’ nos livros e nos museus como uma verdade única e estática, mas que continua sendo feita e refeita diariamente por professores, alunos e pesquisadores, nada mais enriquecedor do que propor que usufruam das diferentes possibilidades apontadas pela teoria da História para tornar essa disciplina mais acessível, interessante e produtiva na sala de aula (ZUCCHI, 2012, p. 55).

Entretanto, é preciso que no ambiente da sala de aula, aconteçam situações que relacionem os conteúdos estudados com a vivência dos estudantes. É preciso explorar possibilidades, alterar rotinas, arriscar sair da mesmice e da repetição enfadonha que leva os aprendizes a relacionar a disciplina de história com monotonia.

Assim, pretendemos trabalhar possibilidades que conduzam os discentes a entenderem a função da disciplina e suas especificidades. Trabalhar no sentido que ele conceba a

diferença entre a narrativa e o fato acontecido e reconstruído pelo historiador. Que ele entenda as diferentes correntes de pensamentos sobre a escrita da história.

O conceito de temporalidade, por exemplo, será explicitado e esclarecido com o uso de imagens, porque o historiador registra as mudanças que assinalam a passagem do tempo, mas também os valores, os costumes, as práticas e mentalidades que sobrevivem a determinadas temporalidades.

Nossos estudantes precisam compreender que toda pesquisa é resultado de um trabalho com certo teor de subjetividade. O historiador produz uma narrativa, que não pode ser falsa, mas que também não é a única interpretação possível.

CAPITULO IV

ENCARTE ORIENTATIVO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE SALTO DO CÉU – MT

Esta proposta didática de ensino da História de Salto do Céu seguiu os critérios de escolha de fontes como fotografias, mapas, relatos orais e deve servir como referencial do ensino em todo território nacional. O objetivo é subsidiar professores que queiram trabalhar com um ensino de História que venha abranger o local, o regional e o nacional.

Os temas abordados em cada planejamento estão relacionados com as habilidades que os aprendizes devem desenvolver no estudo de História, durante o ensino fundamental, conforme as indicações da Base Nacional Curricular Comum, (BNCC)⁴⁰ para o ensino da disciplina de História, para o 5º ano do ensino fundamental. Para esse ano, especificamente, o documento sugere duas unidades temáticas e dez objetivos de conhecimentos.

A primeira unidade, “Povos e Culturas” é composta pelos seguintes temas: meu lugar no mundo e meu grupo social; O que é formação de um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados. A segunda Unidade, “Registros da História” é subdividida em: linguagens e culturas; as tradições orais e a valorização da memória; o surgimento da escrita e a noção de fonte para a transmissão de saberes, culturas e histórias; os patrimônios materiais e imateriais.

Considerando a pouca idade dos aprendizes (entre nove e dez anos) e os escassos recursos para o ensino de História nas escolas brasileiras, os objetos de conhecimento e habilidades são muito amplos e abstratos, como por exemplo: Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. As formas de organização social e política e a noção de Estado. Tais temas exigem que o educando adquira, ainda nas séries iniciais, uma significativa gama de conhecimentos históricos para que ele venha compreender tais temas.

Os objetivos são amplos e possibilitam variadas maneiras de planejamento. Nossa intenção é oferecer possibilidades do ensino da história local em concomitância com o currículo nacional oferecido pelo livro didático.

O material é pensado, a princípio, para subsidiar o trabalho dos professores do ensino fundamental (mais precisamente os 5º anos), porém as imagens, textos e relatos podem ser utilizados em todos os anos do ensino, bastando adaptar a linguagem para cada fase.

⁴⁰Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>;

Cada título constitui uma aula de história de Salto do Céu, envolvendo a discussão das fontes, dos acontecimentos e de questões que relacionam o presente e o passado, além de levantar questões de reflexão sobre o presente e o futuro a ser construído pelo protagonismo de cidadãos de comunidades rurais e urbanas do município.

Cada tema sugere uma questão historiográfica e pretende ensinar aos estudantes como se pode escrever e narrar a história local manejando a matéria prima das fontes documentais que lhe possibilitem uma visão sobre as experiências vividas por seus antepassados, no curto e no médio prazos, e compreender os significados atribuídos por aqueles a estas experiências que hoje não se repetem nem tem os mesmos significados para as populações do presente.

Na primeira parte desta dissertação realizamos nosso próprio esforço de construção de uma versão da história de Salto do Céu. Periodicizamos a história de Salto do Céu em dois tempos distintos: o tempo da colonização (1946-1978) e o tempo da formação e funcionamento do município (1978 até o ano de 2010).

A estrutura temática e a sequência metodológica da abordagem de cada título seguiu o esquema:

1. Título provocador que indica um problema do presente e aponta para a historiografia e os acontecimentos do passado a serem estudados e analisados na aula;
2. Uma motivação ao estudante para o estudo do tema proposto com sua apresentação e explicitação;
3. Apresentação de fontes que possibilitem um ponto de partida para o estudo, a reflexão, a análise e o debate.
4. Sugestões de como analisar as fontes (fotografias, mapas, imagens, textos, entrevistas, etc.) em forma de diálogos em grupos, questionários, questões de debate, etc.
5. Proposição de atividades para despertar a criatividade, a imaginação, a interpretação, a pesquisa, a entrevista, a busca de documentos com os pais, vizinhos, autoridades, órgãos públicos, igrejas, escrita de textos, encenações, desenhos, filmagens, fotografias, documentários, exposições, etc. Tudo para questionar dados sobre o passado (função informação) e fixar (função memória) algumas informações a respeito de pessoas, acontecimentos, costumes, práticas sociais, culturais, religiosas, econômicas, e políticas que os primeiros moradores usaram para se organizarem e se estabelecerem na nova terra.
6. Síntese dos aprendizados a respeito do passado histórico de Salto do Céu;
7. Exercícios de imaginação do que, e como, fazer no presente para construir um futuro melhor para a população local;

8. Indicação de leituras complementares;
9. Indicação das fontes do tema: O objetivo é que o material seja utilizado por professores de História das escolas municipais de Salto do Céu;

O presente subsídio apresenta oito títulos de aulas com os temas desdobrando os objetivos da BNCC para o Ensino de História, como seguem:

AULA 01: A DIMENSÃO DO TEMPO

O TEMPO NA HISTÓRIA

O conceito de TEMPO é fundamental para compreendermos que a sua passagem influencia o modo de vida da nossa sociedade. Nos estudos de História, Tempo é conceito básico. Este conceito é complexo porque exige certo grau de abstração para perceber o tempo que passou e o tempo presente. O Tempo está marcado nas paisagens, nas coisas do cotidiano, nos instrumentos de trabalho, nos costumes, nas fotografias, nas imagens, nas crenças, nas maneiras de fazer a roça, a casa, a escola, a igreja, a rua, a praça, a estrada, o comércio, a indústria, a comunicação, etc.

O TEMPO NA HISTORIOGRAFIA

O tempo não é um conceito único. Na história o tempo não é demarcado pela cronologia, mas pelos acontecimentos, pelas ações humanas e pela intensidade destas. Precisamos esclarecer que a medição e organização temporal variam de acordo com as sociedades. Existem vários calendários, além do nosso, assim como outros fusos horários. Existem sociedades que não usaram, e nem usam, relógios e calendários.

Na concepção da historiadora Marta de Souza Lima Brodbeck,

Em qualquer série do ensino fundamental é importante enfatizar a evolução histórica das formas de mensurar o tempo pelo homem a partir da observação da natureza, a criação dos calendários, a criação dos relógios, o estabelecimento de rotinas frequentes na vida cotidiana, visando a construção dos conceitos de tempo histórico e as dimensões do tempo (BRODBECK, 2012, p. 53).

A autora se refere ao fato de que o homem em todos os períodos de sua existência percebe a passagem do tempo e, por isso, tentou criar formas de medi-lo observando a

sucessão natural do dia, pelo sol, e da noite, pela lua e as estrelas. Criou relógios para contar as horas do dia e da noite, criou calendários para contar os dias da semana, do mês e do ano, criou a ideia de estações do ano para distinguir o tempo do inverno do verão, da primavera e do outono. Os homens estabeleceram tempos (dias) para o trabalho e o descanso (férias, festas, celebrações).

Na experiência de professora no Ensino Médio, sempre retomo este conceito, para lembrar aos estudantes os significados e sentidos diversos do termo Tempo.

Em longos períodos da história, em sociedades cristãs, os sinos das igrejas marcavam o tempo da oração, do trabalho, do descanso, da festa, da morte, etc. indicados pelo tipo e número de toques dos sinos. Cidades industriais se guiavam pelo apito das fábricas. Depois veio o rádio que informava as horas. Hoje o telefone celular e outros instrumentos são comuns para saber que horas temos e em que dia, mês e ano estamos.

Imagine como os primeiros colonizadores de Salto do Céu marcavam as horas do dia, seu tempo de trabalho, de descanso, de festas, e outras atividades? Quais os instrumentos utilizavam? Pergunte aos seus avós, ou pessoas de mais idade, como sabiam das horas e o tempo em que estavam?

FONTES PARA ANOTAR O TEMPO HISTÓRICO

Nesta aula trabalharemos, através das imagens (fotografias), a noção de passagem do tempo em relação ao passado de Salto do Céu. Entretanto, as imagens que utilizamos não devem ser tratadas como a verdade, mas como uma construção de um momento do passado, realizada por um fotógrafo.

Imagem 1: Imagem aérea da cidade de Salto do Céu, na década de 1970



Fonte: Acervo da prefeitura do município de Salto do Céu.

Imagem 2: Cidade de Salto do Céu, fotografia produzida em 2016



Fonte: Acervo da Prefeitura municipal de Salto do Céu.

EXERCÍCIO DE ANÁLISE DAS IMAGENS

O objetivo é perceber quais foram as mudanças, transformações e alterações na paisagem natural e urbana que são informadas pelas fotografias de tempos diferentes.

Observem bem as duas fotografias das Imagens 1 e 2 e respondam as seguintes questões em dupla:

A respeito da Imagem 1:

1. Quando e como o fotógrafo conseguiu captar esta imagem?
2. Essa é uma imagem recente ou antiga? Explique como você chegou a essa conclusão?
3. Quais características comprovam que essa imagem é de Salto do Céu?

Responda na Imagem 2:

4. Cite três diferenças informadas sobre a realidade de Salto do Céu pelas duas imagens.
5. Comparando as duas imagens, que diferenças você percebe na vegetação no entorno da cidade que marcam a passagem do tempo?

PRODUÇÃO CRIATIVA DE TEXTO

Observando aspectos registrados nas duas fotografias (Imagem 1 e 2) elabore um texto descritivo da realidade de Salto do Céu levando em conta os diferentes tempos registrados e as mudanças que aconteceram no ambiente local com o passar do tempo. Conte, também, como e quando isso aconteceu.

APRENDIZADOS/FIXAÇÃO

Em poucas linhas resuma o que você aprendeu nesta aula sobre o passado (história) de Salto do Céu.

CONHEÇA MAIS...

Leia também:

BRODBECK, Marta de Souza Lima. Vivenciando a história: **metodologia de ensino da história**. Curitiba: Base Editorial, 2012.

FONTES DESTA AULA

Imagem 1: Imagem aérea da cidade de Salto do Céu, na década de 1970.

Fonte: Acervo da prefeitura do município de Salto do Céu.

Imagem 2: Cidade de Salto do Céu, fotografia produzida em 2016.

Fonte: Acervo da Prefeitura municipal de Salto do Céu.

AULA 02: SALTO DO CÉU: O ESPAÇO NO QUAL ESTOU

MOTIVAÇÃO

Outro conceito fundamental na História é o Espaço. Todas as pessoas vivem em algum lugar, os acontecimentos ocorrem e são localizados num espaço. Quando um espaço natural é ocupado e trabalhado pelos seres humanos ele se transforma e a paisagem se modifica. Chamamos este espaço humanizado pela ação dos homens de território, isto é, uma paisagem e lugar construídos pelo esforço e técnicas humanas através do tempo.

TÉCNICA DE ESTUDO

No desenvolvimento desta aula a respeito do espaço onde se situa Salto do Céu, sugerimos o uso de computadores ou smartphones com acesso à internet. O *Google Maps* é uma ferramenta disponível na internet que visualiza os lugares via satélite.

A atividade pode ser desenvolvida em conjunto com o professor de geografia, já que esse recurso também oferece as latitudes e longitudes dos locais pesquisados.

A proposta é que os estudantes localizem o lugar onde moram, residem, seja na cidade, nas fazendas, nos sítios ou nas comunidades rurais. O acesso é muito simples e segue esquematizado na sequência abaixo.

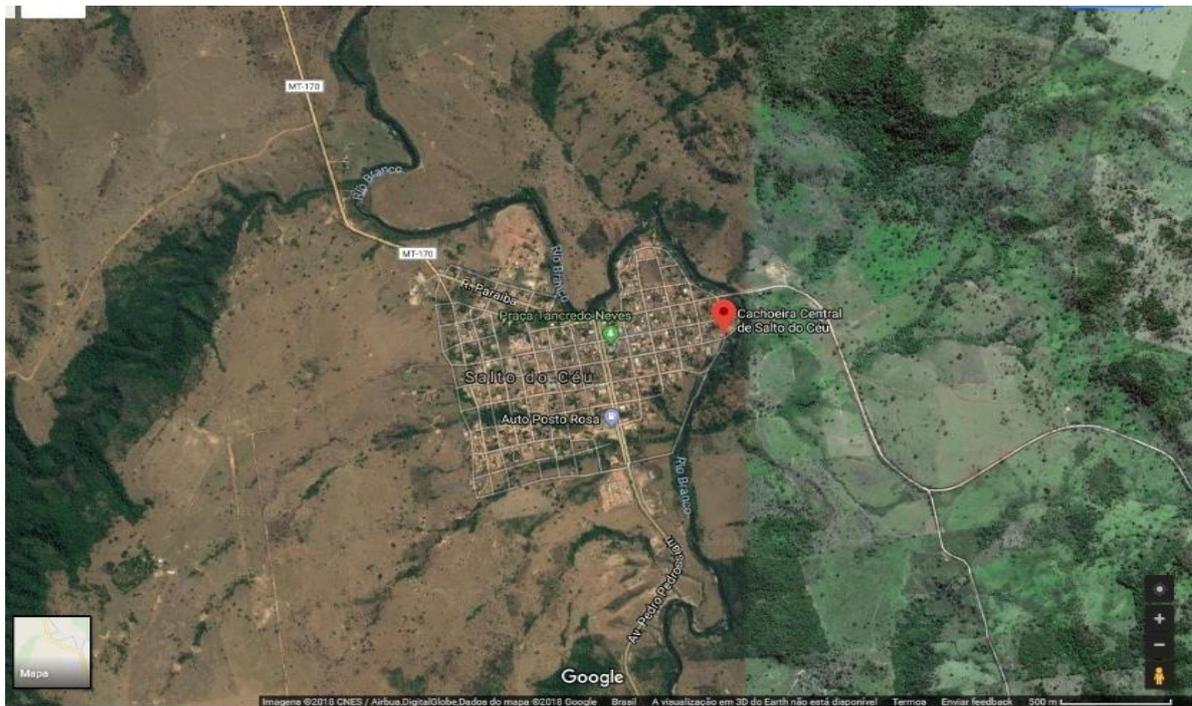
Primeiro passo: abra o site do Google. Digite o nome do local que deseja pesquisar. Neste caso, o município aparece demarcado com a linha vermelha.

Segundo passo: basta clicar no quadrado “Pesquisar”, que terá o acesso às imagens do mapa pelo satélite.

Os estudantes que moram no meio rural, poderão localizar os sítios e suas moradias seguindo o curso das estradas que saem de Salto do Céu. Os alunos poderão seguir o curso do rio até a sua nascente. Observar nas margens a mata ciliar. Qual a sua situação atual? Pense: Que importância que o rio mantenha o volume de água e não sofra assoreamento?

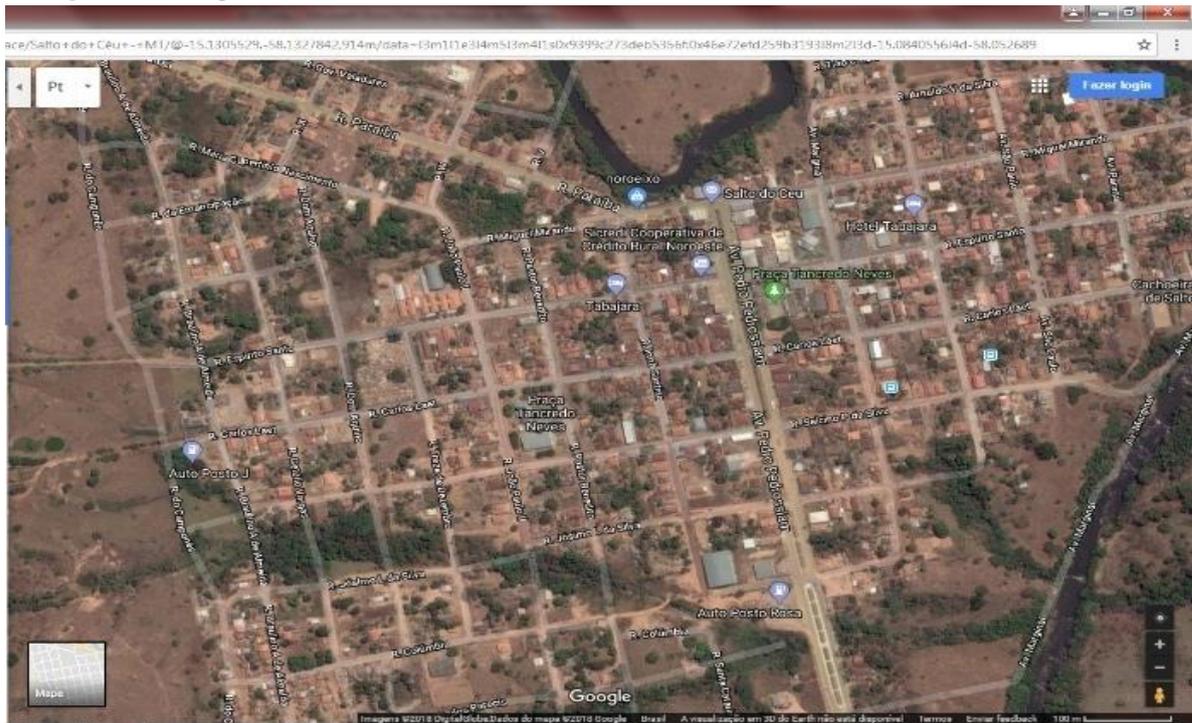
FONTES DE ESTUDO

Imagem 3: Imagem de satélite da cidade e entorno de Salto do Céu –MT, 2018



Fonte: Google maps, acessada em 24/04/2018.

Imagem 4: Imagem de satélite mostra as ruas da cidade de Salto do Céu –MT



Fonte: Google maps, acessada em 24/04/2018.

Imagem 5: Imagem de satélite da comunidade de Vila Progresso, Salto do Céu –MT



Fonte: Google maps, acessada em 24/04/2018.

ANALISANDO A ESPACIALIDADE

A imagem 3 mostra a cidade e a área do entorno como é hoje.

1. Descreva o que podemos ver nesta imagem a respeito do espaço constituído pela natureza e o que foi feito pela ação humana.
2. Relacione a ação humana que transformou esta paisagem com o tempo, ou seja, quando, e como isto aconteceu.
3. Na imagem de Satélite a que se referem as cores verde e marrom? Explique. (morros, planícies, vegetação, rio) e (ruas, quateirões, estradas de acesso às comunidades, sítios, fazendas e municípios vizinhos).

A imagem 4 mostra somente o traçado do espaço urbano de Salto do Céu. Observe esta imagem e compare-a com as duas fotografias da primeira aula sobre a passagem do tempo.

4. Quais são as principais diferenças entre as três imagens a respeito do espaço e do tempo? Relacione as diferenças e explique porque elas existem.

A imagem 5 é da comunidade de Vila Progresso:

5. Nos relatos dos moradores antigos só se chegava aos lugares por picadas no meio do mato. Analise as imagens e explique como se chega hoje de Salto do Céu à Vila Progresso.
6. Na Vila Progresso localize as ruas, a escola, as igrejas e as casas dos moradores e indique os caminhos de onde chegam ou para onde partem as estradas que saem deste povoado.

SEJA CRIATIVO

Faça um exercício de imaginação. No começo do século XX toda Salto do Céu era coberta pela vegetação nativa/mata. Como era esta região quando ainda estava inexplorada pelos colonizadores? Respondam em grupos as seguintes questões:

1. Você já havia utilizado o Google Mapas como ferramenta de estudos?
2. Qual é a utilidade dessa tecnologia?
3. Como esse tipo de recurso pode ser associado ao conhecimento histórico?

4. Quais mudanças você pode observar em relação à vegetação?
5. Em sua opinião, como estará essa região no final do presente século?

APRENDIZADOS

Faça um resumo das principais coisas que aprendeu sobre o espaço natural e o território construído pelos colonizadores em Salto do Céu, e relacione as modificações, no espaço, com as tecnologias usadas na ação dos colonizadores através do tempo.

SAIBA MAIS...

Leia também:

PAZ, Mauricio Oliveira. **De Minas Gerais para Mato Grosso**. Monografia de graduação em História. Cáceres-MT, 2010.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DA AULA

Imagem 3, 4 e 5–Imagem de satélite da cidade e entorno de Salto do Céu –MT, 2018.
Fonte: *Google Maps*, acessada em 24/04/2018.

AULA 03: QUANDO E COMO COMEÇOU SALTO DO CÉU...

VAMOS ESTUDAR

Na terceira aula de história de Salto do Céu vamos estudar como alguns autores explicam o começo da colonização. Para isso vamos ler três trechos de textos escritos por pessoas diferentes falando sobre o mesmo acontecimento: a colonização de Salto do Céu.

AS FONTES DO ESTUDO

Texto 01

Na pesquisa de campo, em busca de dados sobre Salto do Céu, fiz contatos com antigos moradores, dentre eles, senhor Dorico Santiago que chegou à

cidade no ano de 1964, vindo do Paraná, com a família de seu pai, em pau-de-arara, até o povoado Panorama. A partir deste local não tinha mais estradas, eram as “picadas”, ou trieiros⁴¹ feitos na mata e eles chegaram à colônia andando, como lembra o senhor Dorico: “chegamos ao Panorama e pegava as coisas nas costas, tudo que tinha e viemos”. (...) Ambos almejavam possuir um pedaço de terra: “a gente nunca tinha possuído nenhum pedaço de terra (...) aí nós viemos pra cá por causa disso, viemos pra poder os filhos ter lugar de trabalhar”⁴², conta dona Andiária Conceição, esposa do senhor Laurides. Dona Andiária, lembra que nessa época de organização do povoado, as casas, ou ranchos eram cobertos de palha de coqueiro, ou de arroz. As famílias chegavam e se instalavam no povoado. Os que não tinham comprado ou ganhado terras, trabalhavam para os que possuíam e recebiam o pagamento em víveres alimentícios, como arroz. Conta Dona Andiária como em 1965 não se encontrava nenhuma galinha no povoado. A alimentação de carne era garantida pela caça e pesca, “Salto (Salto do Céu), num tinha nada, nada, nada. Num tinha estrada (...) a dificuldade (...) era de mais. (...) pra você procurar um remédio. “Pra você fazer um chá você não achava, ninguém tinha. Todo mundo estava plantando”⁴³. A respeito das muitas dificuldades nas colônias Alves (1998) afirma: “As famílias se deslocavam para o sertão, deparavam com uma realidade completamente diferente: não havia nada além do mato (...) nessas colônias (...) reinavam o desconforto e a monotonia” (p.133). José Silva e Silva (78 anos)⁴⁴, agricultor, natural do Espírito Santo, veio para Mato Grosso em 1962, para trabalhar em uma fazenda em Rondonópolis. Seguiu para Salto do Céu chegando em 02/09/1966. Ele afirma que o governador Pedro Pedrossian estava doando terras. Ele diz que os lotes eram pequenos porque havia muitas pessoas que almejavam por terras. Ele ganhou cinco alqueires na comunidade de Quinta Secção. Ele relata que quando chegou havia 30 barracas, todas de parede de barro e cobertura de tabuinhas⁴⁵. Não havia ponte sobre o rio e a mudança foi transportada nas costas, pelo leito do rio. Muitos reconhecem que se não fosse a solidariedade entre os que já estavam estabelecidos que já tinham seu barraco, uns poucos animais e alguma plantação e os que chegavam sem ou com poucos recursos, muitos não sobreviveriam nesta situação precária (SOUZA, 2007, p.24-25).

Texto 02

A chegada à localidade de Salto do Céu era motivo de alegria e confraternização entre essas pessoas, pois apesar dos obstáculos encontrados e das dificuldades passadas, tinham concluído a cansativa viagem de encontro ao seu novo lar, a sua nova vida tão cheia de esperanças e expectativas. Porém, passada a euforia do término da viagem, a chegada à nova terra marcava somente o fim da primeira parte do processo migratório. Iniciava-se, nesse momento, a procura pelas tão sonhadas terras de Mato Grosso. A maior parte das pessoas que para lá se deslocaram era gente acostumada com a atividade agrícola. Trabalhadores rurais que estavam em busca de novas terras para reiniciar os trabalhos no campo. Do universo de pessoas entrevistadas, a quase totalidade foi unânime em afirmar que o

⁴¹ Trilhas.

⁴² Andiária Conceição. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 25/07/2006.

⁴³ Andiária Conceição. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 25/07/2006.

⁴⁴ José de Souza e Silva. Entrevista concedida à autora. Salto do Céu, 07/02/2018.

⁴⁵ Expressão popular utilizada para falar tabuinha, diminutivo de tábua.

primeiro contato com a desejada terra foi decepcionante. O interior do Mato Grosso no início dos anos 70, ainda se constituía de terras virgens, inexploradas. Os migrantes quando chegaram, encontraram a área coberta por intensa mata bruta, fechada e cerrado de difícil acesso. Viram que teriam muito trabalho pela frente para limpar o terreno e preparar a terra para o plantio (PAZ, 2010, p. 35).

ANALISANDO OS TEXTOS/FONTES

1. Quem escreveu os textos citados sobre o começo da Colonização de Salto do Céu? Pesquise que profissões exercem estas pessoas?
2. Faça duas colunas na folha do seu caderno e resuma: qual foi o assunto tratado em cada um dos textos?
3. Quais são as semelhanças e diferenças que percebeu entre os textos?
4. Como se explicam as diferenças entre os textos, se eles tratam do mesmo acontecimento, embora de formas diversas?
5. Qual texto você considera mais convincente? Explique sua opinião.

SEJA CRIATIVO

Após ler os dois textos, faça o seguinte exercício de imaginação: escreva um texto de História, com base em imagens de fotos antigas da cidade ou dos sítios, contando como teria sido a sua vida, o seu dia a dia. Imagine que você e sua família chegaram a Salto do Céu nos primeiros anos de 1960, período descrito nos textos lidos.

- De onde saíram?
- Como foi a viagem?
- Quantos dias demorou a viagem de mudança?
- Como faziam a alimentação no caminho e nos primeiros tempos em Salto do Céu?
- Como eram as casas em que moravam?

APRENDIZADOS

Resuma os principais aprendizados sobre o começo da colonização de Salto do Céu informados nos textos analisados.

SAIBA MAIS...

Caso queira saber mais procure conversar com seus avós, pais ou pessoas de mais idade, e pergunte a eles como foram estes primeiros anos de vida na Colônia Salto do Céu. Conheça como eles enfrentaram as dificuldades no dia a dia e de que acontecimentos alegres mais se lembram, com saudades, daqueles tempos.

Leia também:

ZUCCHI, Bianca Bargallo. O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental: **teorias, conceitos e usos de fontes**. São Paulo: Edições SM, 2012.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DA AULA

SOUZA, Elba Mesquita. **História, Memória e Perspectiva**. Monografia de Graduação em História, Rondonópolis-MT, 2007.

PAZ, Mauricio Oliveira. **De Minas Gerais para Mato Grosso**. Monografia de graduação em História, Cáceres-MT, 2010, (p. 35).

AULA 04: AS PESSOAS QUE COLONIZARAM SALTO DO CÉU

MOTIVAÇÃO

Nesta aula vamos estudar quem eram as pessoas que vieram de outros estados do Brasil ou de outras regiões de Mato Grosso para colonizar Salto do Céu, que era parte da Colônia Estadual Rio Branco. Se o povo de Salto do Céu hoje é bastante diversificado em termos de cor, locais de origem, tradições culturais e religiosas, gostos e maneiras de trabalhar, produzir, criar, consumir, festejar, pensar, etc. isto significa que os migrantes que chegaram já eram uma população heterogênea com muitas diferenças entre eles, mas todos chegavam por algum motivo especial e para realizarem o seu sonho particular, ou familiar, nas terras de Mato Grosso.

FONTES DE ESTUDO

As fontes para o estudo do tema desta aula também são textos que informam diversos aspectos sobre a migração e a colonização de Salto do Céu em Mato Grosso. A professora Alves (1998, p. 131), da UFMT de Rondonópolis-MT fala das propagandas que se faziam fora do estado a respeito das terras:

Como os migrantes de outras regiões do Brasil ficaram sabendo da existência da colônia Rio Branco? O governo federal, colonizadoras e imobiliárias privadas faziam propagandas de projetos de colonização no centro oeste em nível nacional, utilizando o rádio, jornais, revistas, folders, fotografias, palestras, agentes imobiliários e reuniões como meios de difusão. “Ouvindo os apelos do governo muitos colonos eram levados a embrenharem-se nos sertões, com o sonho de conseguirem um pedaço de chão”.

As referidas propagandas falavam justamente da possibilidade de realizarem tal sonho. A historiadora Heinst (2003, p. 29) fez a dissertação de mestrado sobre a colonização de Mirassol D’Oeste e mostra como estas propagandas funcionavam e o que pretendiam:

Os anúncios sobre essas terras são encontrados em jornais de maior circulação em Mato Grosso e em outros Estados. São propagandas que tendem a apresentar Mato Grosso como uma enorme mancha de terra fértil a espera de mãos ávidas por trabalho e prosperidade. A intenção é despertar o interesse naqueles que, geralmente, têm uma relação forte com a terra e que particularmente por esse fato podem se apresentar mais sensíveis a tais anúncios.

As propagandas vendiam uma ideia, exploravam uma necessidade e através disso alimentavam um sonho. Muitos camponeses já tinham a necessidade de mais terras, outros, mesmo satisfeitos, ao ouvirem e verem as propagandas eram impulsionados pela possibilidade de adquirir mais terras e, certamente, haviam também aqueles que nunca possuíram terra própria e viam nessa “imensa mancha de terra fértil” tal possibilidade.

Os estudos do sonho da terra própria para uma vida melhor estão mais avançados em Mato Grosso para os períodos posteriores, mas mesmo assim podem servir de referência para o caso da Colônia Rio Branco da qual fazia parte Salto do Céu.

Afirma Heinst(2003, p. 34) para o caso de Mirassol D’oeste:

As propagandas, geralmente apelavam para vários artifícios, na tentativa de convencimento do maior número possível de compradores. Entre esses artifícios, seguindo os passos da documentação, encontra-se em geral a

divulgação das facilidades apresentadas para adquirir as terras, ressaltando os baixos preços destas e, especialmente, a fertilidade do solo. Isso possibilita dizer que, essas propagandas anunciavam a riqueza da terra de acordo com o objetivo dos interessados.

ANALISANDO AS FONTES

1. Cite um exemplo de como a propaganda faz parte de sua rotina.
2. Segundo o texto, qual era a função das propagandas do governo?
3. Na atualidade, como a propaganda influencia o nosso estilo de vida?

APRENDIZADOS

Em sua opinião, porque novos produtos são constantemente lançados pelas indústrias de fabricação, mesmo que os produtos já existentes não deixaram de ser úteis? Qual é o objetivo de tais ações? Você sente a necessidade de estar acompanhado lançamentos de produtos como tênis, celulares, modas de roupas? Comente sua opinião em um relato pessoal.

SAIBA MAIS...

Leia também:

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DA AULA

HEINST, Andréia Cássia. **Pioneiros do Século XX: Memória e Relatos da Ocupação da Cidade de Mirassol D'Oeste**. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2003.

SOUZA, Elba Mesquita. **A História da colonização e do Município de Salto do Céu em Mato Grosso**. Cáceres: UNEMAT - PROFHISTÓRIA, 2018, (p.18-19).

AULA 05: COMO SE LOCOMOVIAM?

MOTIVAÇÃO

Nesta aula vamos estudar como as pessoas, que vieram para colonizar, viajavam e transportavam as suas mudanças, produtos agrícolas e mercadorias que compravam no comércio fora da Colônia. Nas aulas anteriores já vimos algumas das dificuldades que enfrentaram e como o faziam. Você imagina como eles se deslocavam? Vejamos alguns registros que falam disso.

AS FONTES DE ESTUDO

Utilizamos fotografias e relatos orais para estudar este tema. A Colônia Rio Branco deu origem aos municípios de Rio Branco e Salto do Céu. As imagens a seguir são do acervo de fotografias históricas da prefeitura municipal de Rio Branco.

Imagem 6: Pinguela improvisada sobre o Rio Branco – década de 1960



Fonte: Acervo digital da Prefeitura Municipal de Rio Branco/MT.

A imagem 6 mostra como as pessoas faziam a passagem a pé pelo rio Branco, sobre uma estrutura conhecida como pinguela. Essa ligação entre uma margem e outra consistia em uma ou duas toras de madeira que eram colocadas para permitir a travessia. Caminhar por essa travessa exigia equilíbrio, porque muitas vezes não havia qualquer proteção nas laterais.

Já a imagem7 retrata um caminhão passando pelo leito do rio, porque ainda não havia ponte. A cena é acompanhada por mulheres que realizavam suas atividades domésticas dentro do rio. Chama a atenção, também, as árvores altas que representam a vegetação nativa que ainda não havia sido retirada. As construções eram de madeira.

Imagem 7: Lavadeiras de roupas observando a travessia de um caminhão pelo leito do rio Branco. Década de 1970



Fonte: Acervo digital da Prefeitura Municipal de Rio Branco/MT.

ANALIZANDO AS FONTES

Em relação ao tema de transportes para o deslocamento das pessoas, e produtos, observe detalhadamente as figuras 01 e 02 e faça uma descrição do que vê. Até o Rio Branco havia um caminho, mesmo que precário por onde andavam automóveis.

- Como pode saber disso através das fotos?
- Os colonos também andavam por picadas na mata a pé, a cavalo, de bicicleta. Como você pode saber disso?
- Como se construía as pinguelas e para que serviam? Você conhece este tipo de tecnologia para fazer a travessia de algum rio ou córrego?

SEJA CRIATIVO

Elabore um texto sobre a importância dos caminhos e dos meios de transportes para o desenvolvimento da colônia Salto do Céu, analisando as fontes apresentadas nesta aula e nas anteriores. Pense o processo histórico em diferentes tempos:

1. Tempo das picadas pelas matas e pinguelas sobre rios e córregos;
2. Tempo da estrada de terra e pontes de madeira para passagem de caminhões, ônibus e carros;
3. Tempo da rodovia e ruas asfaltadas e pontes de concreto.

Imagine as dificuldades e o tempo gasto na locomoção em cada situação destas.

APRENDIZADOS

Resuma em poucas frases o que aprendeu nesta aula sobre a história dos meios de transporte, as estradas e as possibilidades de desenvolvimento com as melhorias.

IMAGINE O FUTURO

O que você pensa que deveria ser investido para que, no futuro, os deslocamentos e as comunicações da população de Salto do Céu com o mundo sejam ainda mais facilitados em termos de rapidez, segurança e eficiência?

Escreva isto como uma forma de reivindicação a ser encaminhada aos empresários, políticos, à prefeitura, ao governo do estado ou ao governo nacional.

SAIBA MAIS...

Leia também:

ALVES, Laci Maria Araújo. Nas Trilhas do Ensino (Educação em Mato Grosso: (1910-1946). Cuiabá: EDUFMT, 1998.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DA AULA

Figura 1: Pinguela improvisada sobre o Rio Branco – década de 1960.

Fonte: Acervo digital da Prefeitura Municipal de Rio Branco/MT.

Figura 2: Lavadeiras de roupas observando a travessia de um caminhão pelo leito do rio Branco.

Fonte: Acervo digital da Prefeitura Municipal de Rio Branco/MT.

AULA 06: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

MOTIVAÇÃO

Na aula de hoje vamos conhecer algumas diferenças e semelhanças entre as formas de vida dos colonizadores dos primeiros tempos com o tempo presente. As maneiras de construir, os materiais utilizados e as formas de morar podem ser comparadas. Abundante na época, a madeira era usada para construir a casa, o telhado, os móveis, o assoalho. Fazer roças com plantas agrícolas no começo era mais comum que somente ter pastagens para a criação de gado como hoje muitos têm.

AS FONTES DO ESTUDO

A imagem a seguir foi realizada no atual município de Rio Branco, de que na época, Salto do Céu fazia parte quando ainda não era emancipado.

Imagem 8: Sítio e Mulheres lavando roupas no Rio Branco



Fonte: Acervo da Prefeitura municipal de Rio Branco.

Imagem 9: Família em sua casa na colônia do Rio Branco.



Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Rio Branco.

ANALISANDO AS FONTES

Observe bem as duas fotografias das figuras 01 e 02 e responda no seu caderno:

O que elas falam da vida cotidiana dos colonos de Salto do Céu?

1. Como é a paisagem do local? Como são as moradias?
2. Que atividades as pessoas que aparecem estão desenvolvendo?
3. Em que sua vida hoje é semelhante ou diferente da retratada nas fotos?
4. Como você se sentiria se pudesse voltar no tempo e viver como as pessoas retratadas?
5. Você, ou alguém de sua família, já lavou roupa ou louça no rio? Como e onde fazem estas atividades hoje?
6. Qual era a importância do rio para as pessoas nas décadas de 1960/70 e que importância ele tem para nós hoje?

SEJA CRIATIVO

1. Explique como as pessoas que chegaram para a colônia Rio Branco, de que Salto do Céu era uma parte, aprenderam a fazer as roças, os materiais de construção das casas, pinguelas, pontes e outras construções.
2. Que conhecimentos e técnicas deveriam ter para realizar estas obras?
3. Com que materiais se constroem hoje e de onde vem?
4. Quem hoje ainda sabe construir sua casa, galpão, paiol, armazém, etc.?
5. Que semelhanças e diferenças você percebe entre as casas de moradia dos colonizadores e as casas das famílias de hoje?
6. Explique se houve alguma mudança na função e no significado das casas.

APRENDIZADOS

Faça um resumo das semelhanças e diferenças no modo de vida dos colonos e da sua vida hoje que é possível perceber ao analisar as fotografias e textos estudados. Coloque as ideias em duas colunas no seu caderno:

1. Semelhanças;
2. Diferenças.

IMAGINE O FUTURO

1. Porque os colonos conseguiam construir suas casas e hoje fica difícil e caro construir uma casa?
2. Se antes quem ia morar na casa também a construía com seu trabalho, conhecimentos, técnicas, ferramentas e materiais disponíveis no local, porque hoje necessitamos da mão de obra, conhecimentos, técnicas e instrumentos de engenheiros, pedreiros, carpinteiros, eletricitas, encanadores, além de o material ser comprado no comércio local ou de fora? O que aconteceu?
3. Pense em como se poderia baratear a construção de casas no município.
4. Que material de construção se poderia, ou deveria, produzir em Salto do Céu e que hoje vem mais caro de outros lugares de fora do município?

SAIBA MAIS...

Leia também:

DEL PRIORE, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. *In: Domínios da História*. VAINFAS, R. (org.) Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DA AULA

Figura 1: Sítio e Mulheres lavando roupas no Rio Branco.

Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Rio Branco.

Figura 2: Família em sua casa na colônia do Rio Branco.

Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Rio Branco.

AULA 07: CONTINUIDADES E RUPTURAS NA HISTÓRIA

MOTIVAÇÃO

Na aula de História de hoje o tema são as continuidades e as rupturas que acontecem no espaço, ao longo do tempo, pela ação humana consciente, ou não. A este respeito Martinho da Vila cantava: “Não sou eu que vivo no passado, é o passado que vive em mim”. Muitas coisas do passado podem sobreviver aos tempos e outras serão esquecidas, superadas e substituídas por novas ideias, práticas, tecnologias, modos de fazer e de significar.

FONTES DO ESTUDO

Algumas coisas na cidade e no município de Salto do Céu podem ser consideradas passadas e superadas porque não existem mais fisicamente, só nas memórias e registros diversos, porque na história, com o passar do tempo, acontecem mudanças, transformações ou rupturas. Outras realidades duram muito tempo antes de desaparecerem indicando que também na história podem haver muitas continuidades em relação aos tempos passados.

Nesta aula utilizaremos fotografias e textos para mostrar continuidades e rupturas na história de Salto do Céu.

Imagem 10: Comércio da Rua Espírito Santo em Salto do Céu – década de 1970



Fonte: Acervo particular do Senhor Dorico Santiago. Salto do Céu/MT.

Essa imagem retrata a Rua Espírito Santo na região central da cidade de Salto do Céu durante a década de 1970. Mostra as barracas de comércio que atendiam as necessidades da população local oferecendo e vendendo algumas mercadorias industriais ou alimentos aos colonos que deles necessitavam.

Imagem 11: Quermesse da Igreja Católica no final da década de 1960



Fonte: Uzias Bonfim, Salto do Céu/MT.

ANALISANDO AS FONTES

1. Quais são os aspectos da realidade de Salto do Céu que você destacaria nas imagens e o que indicam as cores nessas fotos?
2. Quais mudanças você destacaria comparando a atualidade da Rua Espírito Santo com a imagem do passado?
3. Que continuidades e rupturas é possível identificar entre as formas de fazer comércio e festas de quermesse nas décadas de 1960 e 70 em Salto do Céu e hoje em dia?

SEJA CRIATIVO

Elabore uma gravura com base na imagem da Rua Espírito Santo na década de 1960. Você poderá usar lápis de colorir, grafite ou tinta guache para compor sua pintura. Após, juntamente com sua (o) Professora (o), poderão expor em local indicado nos corredores da escola ou mesmo na sala de aula.

APRENDIZADOS

- Qual o papel social que as igrejas cumprem na atualidade?
- Você e sua família frequentam alguma comunidade religiosa?
- Você já participou de alguma quermesse, encontro ou congresso religioso?
- Qual a importância da religião para você e sua família?

PROJETE O FUTURO

Usando seu aparelho celular faça imagens da Rua Espírito Santo na atualidade e leve para a sala de aula e comparem com a imagem antiga, anotando as diferenças que vocês perceberem.

Vocês poderão também descrever, ou desenhar, possibilidades de transformações que o local poderá sofrer nas próximas décadas.

SAIBA MAIS...**Leia também:**

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

BIBLIOGRAFIA E FONTES DA AULA

Figura 10: Comércio da Rua Espírito Santo em Salto do Céu – década de 1970.

Fonte: Acervo particular do Senhor Dorico Santiago. Salto do Céu, 2007.

Figura 11: Quermesse da Igreja Católica no final da década de 1960

Fonte: Uzias Bonfim, Salto do Céu, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra-chave do Programa de Mestrado, Profhistória é Ensino de História. O objetivo final desta pesquisa foi a elaboração de uma proposta de ensino que possa ser utilizada didaticamente. O trabalho apresenta aos professores e estudantes uma possibilidade de escrita da história em que a realidade vivenciada pelos discentes e docentes seja o tema central.

Trabalhei com essa temática na monografia de graduação e ao final do trabalho eu me perguntava: como algo aparentemente tão simples pode nos revelar tanta riqueza de detalhes? No mestrado decidi retomar o mesmo tema, pois de acordo com Mary Del Priore,

A História dos pequenos prazeres, dos detalhes (...) das coisas deixadas ‘de lado’, mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade, através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997, p. 398).

Compreendo a História que se reconcilia consigo mesma, quando o estudante compreende que ele, vivendo e estudando, faz história. Quando o ser humano conhece a história do seu percurso no tempo, conhece a si mesmo como pessoa e sujeito social. Conhecer a si mesmo é uma das condições que gera sentimentos de pertencimento.

O sentimento de pertença é algo desejável para a grande maioria das pessoas. Essa é uma das funções do estudo da história: dizer ao ser humano quem ele é e como foi que ele se tornou o que é, porém, não percebemos essa função sozinhos. Ela precisa ser ensinada, transmitida, repensada, para que não seja esquecida.

A retomada da pesquisa, iniciada no ano de 2006, quando elaborei o trabalho monográfico de graduação, foi de valiosa importância para a identificação com o tema. As dificuldades inerentes à localização de fontes, interpretação e análise são compensadas pelo prazer de realizar um trabalho que produz significado para a autora.

A respeito de Salto do Céu, produzi minha interpretação narrada por escrito dos acontecimentos vividos e protagonizados pela gente de Salto do Céu no passado. Sou filha de migrantes baianos que adquiriram um lote rural na colônia Rio Branco durante a década de 1960, da mesma maneira como a maioria da população. Hoje sou professora de história em escola pública estadual, formada em curso superior pela Universidade Federal de Mato Grosso e ocupo uma posição privilegiada entre os menos de 30% da população brasileira que alcançam esta conquista.

Este meu lugar social certamente influencia, e determina, meu olhar e minhas opções teóricas, para trazer à luz as memórias das maiorias que colonizaram Salto do Céu. Assim, queremos visibilizar as suas experiências cotidianas para que não caiam no esquecimento. Nesta interpretação somente as memórias de setores econômicos e politicamente engajados e vitoriosos se reconhecem como as únicas protagonistas e suprimem as lutas e contradições desse processo sócio histórico.

O programa de mestrado ProfHistória tem um valor singular na formação continuada de docentes que atuam nessa disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE-JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? (p. 21-39). *In*: GONÇALVES, M. A. *etal* (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. (p. 33-55). *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 1997b.
- ALVES, Eliseu. **Reforma agrária e produtividade da terra?** Revista da Política Agrícola. Ano XXIII, n° 3, jul./ago./set., 2014.
- ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas Trilhas do Ensino** (Educação em Mato Grosso: 1910-1946), Cuiabá: EDUFMT, 1998.
- AMADO, Janaina.; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.** 2ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 1997.
- AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. *In*: VON SIMSON, O. R. M. (org.) **Os desafios Contemporâneos da História Oral.** Campinas: Centro de Memória, UNICAMP, 1997.
- BIENNÉS, Dom Máximo. **Uma Igreja na Fronteira.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: **fundamentos métodos.** 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História.** Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Portugal: Edições Europa-América, 1941.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: **lembranças de velhos.** São Paulo: Edusul, 1987.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **história, geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. Vivenciando a história: **metodologia de ensino da história.** Curitiba: Base Editorial, 2012.
- CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: **Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- CASTRO, Sueli Pereira. A Colonização Oficial em Mato Grosso: “**A nata e a borra da sociedade**”. 2ª ed. Cuiabá: EDUFMT, 2002.

CASTRO, Eudson de. **Posse e propriedade da terra em Mato Grosso**. Campinas-SP: Teses da UNICAMP, 1986.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Estágio Supervisionado e formação em História: entre incertezas e possibilidades. *In: Ensino de História: trajetórias em movimento*. JESUS, N. M. (org.). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre escrita da História: **historiografia e nação no Brasil do século XIX**. Diálogos, DHI/UEM, v.8, n° 1, (p.11-29), 2004.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões: **Campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1902.

DEL PRIORE, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. *In: Domínios da História*. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.; (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DEL PRIORE, Mary.; VENANCIO, Renata. Uma Democracia de Massa. *In :O livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DIODATO, Luiz Carlos Perez. **Esperança ou Desilusão: O mito da Colonização em São José dos IV Marcos –MT**. Monografia de Graduação em História. Cáceres- MT. 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: Buriti; Secretaria de Estado da Educação, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil**. Manguinhos - História, Ciências, Saúde, Rio de Janeiro, 19 (2), abr./jun., 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: **uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História**. Revista de História Oral. v.9, n° 1, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

FONSECA, Thais Nívea de Lima. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Práticas Pedagógicas em História: **espaço, tempo e corporeidade**. Erichim: Edelbra, 2012.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. *In: PESAVENTO, S. J. (org.) História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

HEINST, Andréia Cássia. Pioneiros do Século XX: **Memória e Relatos da Ocupação da Cidade de Mirassol D'Oeste**. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2003.

HOBBSAWM, Erick. J. Era dos extremos: **o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed., São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Francisco Barboza. O pau-de-arara: reproduzido de tipos e aspectos do Brasil. Coletânea da Revista Brasileira de Geografia. *In: IBGE – Conselho Nacional de Geografia*. 8ª ed. Rio de Janeiro, 1966.

MANIOT, Henry. *In: BITTENCOURT, C. M. F.* Ensino de história: **fundamentos e métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: **Fotografia e História Interfaces**. Revista Tempo. Rio de Janeiro, (p. 73-98), vol. 1, n° 2, 1996.

_____. História, Iconografia e memória. *In: VON SIMSON, O. R. M. (org.) Os desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas: Centro de Memória/ UNICAMP, 1997.

MOURA, Antônio Eustáquio de. Gleba Canaã: **Estudos das Práticas Econômicas e Sociais de Possesores no Sudoeste do Estado de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

MORENO, G. Terra e Poder em Mato Grosso: **política e mecanismos de burla – 1892-1992**. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas. Cuiabá, 2007.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: **Trajetórias e Perspectivas**. Revista Brasileira de História; São Paulo, v. 13, n° 25/26, 1993.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **A Lenda do Ouro Verde**. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1986.

OLIVEIRA, Regina Soares. **História: A reflexão e a prática no ensino**. São Paulo: Blucher, 2012.

PAZ, Mauricio Oliveira da. **De Minas Gerais para Mato Grosso**. Monografia de Graduação em História. Cáceres-MT, 2010.

PIMENTEL, Santos. **Teoria e Prática da Educação**. Revista; v.11, n° 2, (p.145-153), mai./ago.,2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História do ensino de História no Brasil: **uma proposta de periodização**. Revista História da Educação-RHE, Porto Alegre.v.16, n° 37, mai./ago., 2012.

STRECK, Carla Fabiana. Lembranças de velhos: **o mundo do trabalho na infância**. Est. Interdiscipl. Envelhec., Porto Alegre, v. 1, (p. 105-121), 1999.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira .História de Mato Grosso: **da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Elba Mesquita. **História, Memória e Perspectiva**. Monografia de Graduação em História, Rondonópolis-MT, 2007.

VERENA, Alberti. **Ouvir, contar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 3ª ed. Brasília, Editora UNB, 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, M. R.; KHOURY, Y. A.A **Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989.

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental: **teorias, conceitos e usos de fontes**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FONTES

SITES CONSULTADOS

ALVES, Rubem. **Uma criança chora**. Disponível em:

<www.uol.com.br/aprendiz/colunas/ralves>. Acesso em: 01/12/2007.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/salto-do-ceu/panorama>>. Acessado em [18/12/2017](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/salto-do-ceu/panorama)>.Acesso em:24/04/2018

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em24/04/2018.

Disponível em: <<http://www.riobranco.mt.gov.br/fotos-historicas-e-atuais>>. Acessado em 28/04/2018.Acesso em:24/04/2018

Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>; Acesso em:25/10/1018

LISTA DE ENTREVISTADOS

SANTIAGO, Dorico. **Entrevista concedida à autora**. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

SILVA, Andiária Conceição. **Entrevista concedida à autora**. Salto do Céu-MT, 25/07/2006.

SILVA, José Souza. **Entrevista concedida a autora**. Salto do Céu-MT, 07/02/2018.

SILVA, Laurides Lopes. **Entrevista concedida à autora**. Salto do Céu-MT, 24/07/2006.

SOBRAL, Albertina Ferreira. **Entrevista concedida à autora**. Salto do Céu-MT. 11/01/2007

SOUZA, Gerônimo Francisco. **Entrevista concedida à autora**. Salto do Céu-MT.
28/07/2006.

SOUZA, Noroel Ribeiro. **Entrevista concedida à autora**. Rondonópolis-MT, 15/07/2006.

ACERVOS FOTOGRÁFICOS

Figura 1: Vista aérea de Salto do Céu-MT, década de 1970.....	22
Figura 2: Vista aérea de Salto do Céu-MT em 2010.....	23
Figura 3: Propaganda da Colonizadora CIPA, Presidente Prudente-SP.....	27
Figura 4: Cartão de Natal da CPP – 1964-1965.....	29
Figura 5: Quermesse da Igreja Católica, fins dos anos 1960.....	32
Figura 6: Avenida Espírito Santo nos anos 60.....	35
Figura 7: Famílias de Governador Valadares à Salto do Céu-MT, em caminhão Pau-de-arara – 1968.....	39
Figura 8: Primeira escola de Salto do Céu-MT, anos 60.....	43
Figura 9: Segunda escola de Salto do Céu.....	43

DOCUMENTOS ESCRITOS

- Requerimento nº190/79, protocolado em 03/05/1979 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, solicitando a elevação do Distrito a categoria de Município.

- Decreto Legislativo nº 2.635 de 17 de outubro de 1979, determinava a realização de consulta plebiscitária para a criação de novos municípios.

- Lei Estadual nº 4.152/79 que emancipou o distrito de Salto do Céu-MT.
- Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso dia 17/12/1979.
- Cartão de natal e Ano Novo da CPP –CODEMAT – ano de 1965.
- Lei municipal de Cáceres/ MT, nº 3.971, de 04 de abril de 1978, criando o Distrito de Salto do Céu.
- Requerimento nº78705/84, de 19 de novembro de 1984, da Câmara de Vereadores solicitando providências do Governador Júlio José de Campos referente a conflitos agrários.
- Requerimento nº 001/JN/85, de 24 de julho de 1985, da Câmara de Vereadores solicitando providências do Governador Júlio José de Campos referente a conflitos agrários.